

Revista

FEBASE

Federação do Sector Financeiro



Directores Adjuntos: Carlos Marques; Carlos Silva; Pereira Gomes; Viriato Baptista

Ano I
N.º 3
1,50 €
11 de Maio 2010

Director: Delmiro Carreira

Tratar dos trabalhadores enterrar a crise



Ficha Técnica

Propriedade:
Federação do Sector Financeiro
NIF 508618029

Correio electrónico:
revista.febase@gmail.com

Director:
Delmiro Carreira – SBSI

Directores Adjuntos:
Carlos Marques – STAS
Carlos Silva – SBC
Pereira Gomes – SBN
Viriato Baptista – SBSI

Conselho editorial:
Cristina Damião – SBSI
Firmino Marques – SBN
Luís Ardérius – SBC
Patrícia Caixinha – STAS

Editor:
Rui Santos

Redacção e Produção:
Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 113
Fax: 213 216 180

Revisão:
António Costa

Grafismo:
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:
Xis e Érre, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 80.000 exemplares
Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852

sumário

SINDICAL | Entrevista
Delmiro Carreira a novo canal de TV **4**

CONTRATAÇÃO | Banca
Febase reúne-se com presidente da APB **6**

CONTRATAÇÃO | Seguros
Não existe justificação económica para o congelamento salarial **8**



QUESTÕES | Jurídicas
Contrafacção de moeda é crime **9**

SINDICAL | Actualidade
Centenas de bancários contra decisões da Administração do BCP **11**
Encontro de delegados sindicais do Grupo CGD **12**



ACTUAL | 1.º de Maio
Combate à crise domina 1.º de Maio **14**

TEMPOS LIVRES | Nacional
Fernando Igrejas, do SBN ganha no alto mar de Peniche **18**
Motards da Febase concentram-se em 10 de Junho **18**



20

| Bancários Centro



23

| STAS Actividade Seguradora



26

| Bancários Sul e Ilhas



29

| Bancários Norte



Texto: **CARLOS SILVA**

Um contributo responsável para a estabilidade no sector

Cumpriram-se, no dia 25 de Abril último, trinta e seis anos sobre a Revolução dos Cravos, com as comemorações deste ano peçadas de discursos sobre a situação económica que o País atravessa e de onde extraímos que muito está ainda por cumprir - grandes foram as expectativas então criadas com o surgimento dessa madrugada libertadora e os sonhos que gerou nos portugueses.

Dias depois aconteceu Maio outra vez, com milhares de trabalhadores a desfilar na Avenida da Liberdade, reclamando mais Justiça Social, mais e melhor trabalho, trabalho digno, mais e melhor emprego, melhores salários. Num ano em que Portugal atinge os 10,5% de desemprego, importa reivindicar maior solidariedade social.

A FEBASE e os seus Sindicatos estiveram bem representados, juntando as suas vozes ao clamor que vai engrossando, exigindo melhores condições de vida e de trabalho, para que se cumpram as expectativas de todos quantos lutam, abnegadamente, no dia-a-dia, para responder aos objectivos comerciais impostos pelas Administrações dos Bancos, com o propósito de continuarem a ter milhões de euros de lucros.

Mas o que se escreveu atrás levanta-nos interrogações e dúvidas: tanto ano depois de Abril, continua a alargar-se o fosso entre os mais ricos, detentores do capital, e os trabalhadores. Se os bancários contribuem para a consolidação dos resultados alcançados pela generalidade da Banca, não será justo que a distribuição

da riqueza seja justamente repartida com equidade por todos aqueles?

Num processo negocial que se arrasta há vários meses, têm-se discutido centésimas, quando alguns Administradores portugueses - Banca incluída - receberam bónus obscenos, que provocaram reacções dos trabalhadores, a quem continuam a ser exigidos sacrifícios mas que permanecem a ver a Justiça Social e a equidade como miragens, e a registar comportamentos chocantes de quem devia dar o exemplo de contenção e bom-senso.

Trinta e seis anos depois de Abril, exige-se maior respeito pela dignidade de quem trabalha. Os sindicatos da FEBASE têm uma história de responsabilidade e exigência nas negociações contratuais e salariais. E 2010 não será diferente. O ataque dos especuladores nos mercados internacionais lançou o pânico e a apreensão das autoridades financeiras de todo o Mundo sobre o nosso País, sobretudo depois do que sucedeu à economia grega.

No momento em que escrevo estas linhas, a FEBASE está em vias de concluir o processo negocial do corrente ano, numa linha de compreensão pelo estado do País e atendendo às circunstâncias excepcionais que vivemos. Sabemos que os bancários merecem mais do que os valores que estão em cima da mesa.

Mas o exemplo da FEBASE deve ser encarado como um contributo responsável para a estabilidade do sector, para que este se possa rapidamente recompor e consolidar. A saúde das empresas importa ser defendida pelos Sindicatos, como meio de garantir a estabilidade do emprego no sector. Oxalá seja lembrado no futuro pelos nossos interlocutores - os banqueiros.

Para que, depois da tempestade, os bancários possam ver melhor partilhados os resultados que a bonança vai, certamente, trazer à Banca.

Esta é a esperança que reside no nosso gesto.

Num ano em que Portugal atinge os 10,5% de desemprego, importa reivindicar maior solidariedade social

Delmiro Carreira a novo canal de TV

“Não é sustentável o agravamento das desigualdades salariais dentro de uma empresa”



A situação laboral no sector financeiro foi o tema principal de uma entrevista de Delmiro Carreira ao Económico TV, o novo canal de televisão dedicado à economia e que iniciou emissões no passado dia 6

Texto: **INÉS F. NETO**

O Presidente da Direcção do SBSI e vice-Secretário-geral da Febase foi o primeiro convidado da rubrica “Destaque Económico” do canal Económico TV, uma parceria entre o Económico, a Ordem dos Economistas e o ISEG.

Entrevistado pelo jornalista Rui Pedro Batista, Delmiro Carreira faz o balanço dos processos negociais em curso e traça o retrato do sector financeiro português no que aos trabalhadores diz respeito. Regime de parentalidade, distribuição de rendimentos, Fundos de Pensões, privatização do sector segurador da CGD ou os prémios dos gestores são outros dos temas em destaque. A “Revista Febase” publica excertos da entrevista.

Económico TV – Além da revisão salarial estão outras medidas em cima da mesa?

Delmiro Carreira – Estamos só a discutir tabelas salariais. Neste processo não estão em causa outras cláusulas, independentemente de numa ou noutra convenção, como nos casos do BCP e do Crédito Agrícola Mútuo, terem de ser feitas as adaptações que o Código do Trabalho exige. Isso já está feito noutros instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho e não tem suscitado problemas, à excepção do BPI relativamente a um aspecto ligado à

aplicação da lei da parentalidade. Dado o regime específico de Segurança Social que existe no sector bancário, o BPI tem-se recusado a pagar: dispensa os trabalhadores que querem beneficiar do regime mas depois não paga, acha que deve ser a Segurança Social estatal a fazê-lo. É uma birra. Nenhum outro Banco quis comprar essa guerra, porque isto não tem qualquer significado.

P – Em termos financeiros, quanto é que isso pode custar ao final do ano?

R – No BPI? Não tem significado, é capaz de ser necessário pôr muitos zeros à direita da vírgula para encontrar um dígito válido. É uma suposta posição de princípio que, a nosso ver, convive mal com o que está disposto no regime específico substitutivo do sector bancário em matéria de Segurança Social.

Defender postos de trabalho

P – Nesta questão das negociações entre patrões e Sindicatos esperava-se que houvesse da parte dos Sindicatos uma maior defesa de postos de trabalho e até da contratação de trabalhadores para as empresas...

R – Esse era um ponto que queria abordar. Em 2009, a Banca terá perdido seguramente 1500 postos de trabalho, em resultado da não-renovação

de contratos a termo. Embora, tecnicamente, não se tenham efectuado despedimentos.

P – Mas o sector terá perdido essas pessoas?

R – Sim, embora globalmente possa ter havido alguma compensação. Nos grandes Bancos houve uma redução de postos de trabalho por efeito da não-renovação de contratos a termo, mas alguns Bancos de dimensão menor, como o BBVA e o Barclays, terão crescido.

O que muita gente não sabe é que no ano passado os Sindicatos manifestaram-se disponíveis para negociar uma tabela salarial porventura menos significativa, como contrapartida para segurar esses postos de trabalho, o que significaria manter mão-de-obra que o volume de transacções e de trabalho não justificaria. Chegámos a propor isso aos Bancos.

P – E qual foi a reacção dos patrões?

R – Não aceitaram. Às vezes diz-se que os Sindicatos preocupam-se só com os que têm trabalho e não com os que estão desempregados ou possam vir a ficar desempregados. Não é verdade. Eu próprio fiz essa proposta ao Grupo Negociador da Banca, e se da parte de um ou outro houve alguma receptividade, a posição colectiva foi negativa.

Bónus contribuem para desigualdades

P – Um dos temas que tem marcado as últimas semanas é o dos prémios dos gestores dos Bancos. Como é que olha para esta questão, e sobretudo para o volume de prémios que tem vindo a ser divulgado?

R – No caso do sector financeiro parece que há intenções, e alguma concretização dessas intenções, de uma diminuição dos bónus e prémios. Relativamente ao exercício de 2009, o BCP anunciou que não haveria bónus e prémios para os administradores, o BES também veio dizer que provocaria uma diminuição... Enfim, há um consenso de que toda essa política salarial (chamemos-lhe assim) para os administradores e outros responsáveis das Instituições assente em prémios contribuiu muito para as loucuras feitas no sistema bancário mundial, e também em Portugal. A UNI, organização internacional em que estamos filiados, tem feito muita pressão junto do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia para que haja uma mudança, acompanhando algumas preocupações de diversas instituições e governos. Mas neste momento começamos a reear, mesmo a nível europeu, que apesar de alguma mudança o essencial fique na mesma.

P – Não lhe parece que os gestores, se não tiverem esses prémios, podem abdicar destas empresas em detrimento de outras? Ir criar riqueza noutra lado?

R – Julgo que tem de haver bom senso e equilíbrio. Mas não é sustentável o agravamento das desigualdades salariais dentro de uma empresa. Por exemplo, neste momento há uma frustração enorme entre os trabalhadores do BCP, porque toda a política salarial do Banco desde a sua criação andou muito à volta da atribuição de participações significativas nos lucros. O ano passado isso diminuiu muito – o que se percebeu, pois os lucros do Banco também diminuíram. Mas este ano a proposta do Conselho de Administração é de que não haja sequer participação nos lucros. E isso significa, em termos médios, 15% a 20% da massa salarial dos trabalhadores – ou seja, uma perda salarial superior àquela que o governo da Irlanda aplicou à função pública.

Necessidade de moralização

P – O presidente do BCP disse que um dos pontos que estaria em discussão na assembleia-geral do Banco seria

uma aproximação geral, nomeadamente do regime de pensões, entre os administradores e os restantes trabalhadores. Que comentário lhe merece essa medida?

R – Acho que se há coisa criticável na política de “pacotes salariais” do BCP são as chorudas reformas aos administradores que foram atribuídas no passado e que levaram a um sistema desproporcionado.

P – Essa é aliás uma das medidas cujo fim está em cima da mesa...

R – É que muitas daquelas pessoas não vão para a reforma porque estão incapazes para trabalhar, simplesmente saem do Banco.

P – Esta medida de aproximação merece-lhe um voto positivo?

R – Acho que sim. Tem que haver alguma moralização na forma como são distribuídos os rendimentos e os custos globais com os recursos humanos.

Fundos de Pensões

P – Carlos Santos Ferreira afirmou que achava bem que os Fundos de Pensões fossem integrados na Segurança Social. O que lhe parece?

R – Desde os anos 40, sempre a Banca pretendeu gerir esses fundos, porque assim não descontava para a Segurança Social – os Bancos têm de provisionar os Fundos de Pensões mas, em contrapartida, não descontam 23% para o regime geral de Segurança Social. Isto durante muito tempo interessou à Banca, que exerceu pressão junto do governo de Salazar e conseguiu que o sector ficasse fora do chamado regime de Previdência.

P – Este regresso à Segurança Social parece-lhe positivo?

R – É positivo para os Bancos, que querem passar os custos do envelhecimento da população para o regime geral da Segurança Social.

P – E para os bancários?

R – Isso terá de ser negociado connosco, porque as convenções colectivas de trabalho estipulam uma determinada fórmula de cálculo das pensões.

P – Que até pode ser mais vantajosas que o regime geral...

R – Em termos gerais é, embora num ou noutro caso possa não ser exactamente assim, nomeadamente para as pessoas que têm muitas remunerações complementares. Mas julgo que não está na cabeça do dr. Carlos Santos Ferreira mexer nas pensões de reforma dos bancários, quer é passar os custos do envelhecimento da população bancária para o Estado – logo, para os cidadãos portugueses.

Estado deve ter seguradora

P – O governo anunciou que poderá vir a privatizar o sector segurador da CGD. Que comentário lhe merece essa proposta?

R – O raciocínio que leva a defender que é importante para o País ter uma instituição de crédito forte com capital detido pelo Estado também se deve aplicar ao ramo segurador. Vejo com dificuldade que o Estado não tenha qualquer papel no sector segurador, quando ainda recentemente se pôs a questão de adquirir parte do capital da Cossec, porque era uma peça importante na criação de condições para exportação. ■

Dar a vez a outros

P – Está a entrar naquele que, atrevo-me a dizer, será o seu último ano como presidente do SBSI. É assim?

R – Sim, isso está definitivamente resolvido e já está eleito o meu sucessor à frente da Tendência Sindical Socialista.

P – O que tem a dizer sobre esta longa carreira à frente do Sindicato?

R – O problema é quando nos levantamos e vamos contrariados para qualquer actividade. Eu nunca fui contrariado para o Sindicato, e isso só por si diz tudo. Fiz aquilo que gostava. Fui prejudicado na minha carreira mas fui pelo caminho que escolhi.

P – A ideia de abandonar é porque já não se sente feliz quando vai para o Sindicato?

R – Não! Chegou a altura e há que renovar. Para o ano faço 65 anos e embora não deixando de continuar a fazer coisas de que gosto, está na altura de passar estas funções para outros.

Febase reúne-se com presidente da APB

A Federação do Sector Financeiro (Febase) reuniu-se com António de Sousa para discutir o processo de revisão salarial em curso

TEXTO: **INÉS F. NETO**

Os processos de revisão das tabelas salariais para 2010 do sector bancário conhecem este ano dificuldades acrescidas.

A verdade é que as negociações têm sido extremamente prejudicadas pelas notícias que diariamente dão conta dos estrangulamentos do País, especialmente devido aos ataques do capital especulativo e à pressão constante das agências de "rating".

Estando o sector financeiro no cerne do furacão que assola o País e a Zona Euro procurando desestabilizar a moeda única, os negociadores sindicais confrontam-se com uma posição dos Bancos ainda mais intransigente do que o habitual em processos anteriores.

Com o objectivo de tentar desbloquear o impasse em que caíram as negociações com vista à revisão da tabela

salarial do ACT para 2010, a Febase reuniu-se com o presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB), António de Sousa. No encontro, que teve lugar dia 6 em resposta à solicitação sindical, participaram por parte da Federação o seu Secretário-geral, Mário Mourão, o vice-Secretário-geral, Carlos Silva, e os membros do Pelouro da Contratação Paulo Alexandre e Teixeira Guimarães.

Na sequência desta reunião, o Secretariado da Febase vai reunir-se amanhã, Quarta-feira, dia 12, para tomar decisões sobre o processo.

Com o objectivo de tentar desbloquear o impasse em que caíram as negociações com vista à revisão da tabela salarial do ACT para 2010, a Febase reuniu-se com o presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB), António de Sousa

CGD: carta ao ministro

Entretanto, e ainda no âmbito da revisão salarial da CGD para 2010, a Febase enviou uma carta ao ministro de Estado e das Finanças solicitando que seja concedido o regime de excepção ao Banco público.

Na missiva a Fernando Teixeira dos Santos, a Federação expõe as razões por que defende a concessão de tal estatuto, referindo, nomeadamente, o sinal positivo que tal posição transmitiria aos mercados: "Permitiria transmitir aos mercados financeiros e aos clientes uma mensagem de elevada solidez financeira, especialmente importante numa conjuntura de desconfiança, por parte dos investidores financeiros, em relação à solidez das Instituições financeiras portuguesas."

A "Revista Febase" publica, na íntegra, o teor da carta.

IFAP: pedidos de reunião

Dentro do mesmo princípio, a Febase escreveu também à secretária-geral do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas solicitando uma reunião para discutir a situação dos trabalhadores das Di-

No âmbito da revisão salarial da CGD para 2010, a Febase enviou uma carta ao ministro de Estado e das Finanças solicitando que seja concedido o regime de excepção ao Banco público

recções Regionais da Agricultura e Pescas oriundos do ex-IFADAP. Em causa a aplicação do ACT do sector bancário a estes trabalhadores.

Por outro lado, e tendo em conta os trabalhadores do IFAP, a Febase solicitou à Presidente do Instituto o envio urgente do documento que servirá de base ao processo de negociação de um Acordo de Empresa (AE), bem como da data para o início das sessões entre as partes.

A Febase aguarda uma resposta em breve, tanto mais que alertou para a necessidade de o processo decorrer de forma célere. ■

Carta a Teixeira dos Santos

Com vista a assegurar a revisão da tabela salarial da CGD, a Febase enviou a seguinte carta ao ministro das Finanças:

Excelência,

Atendendo às orientações transmitidas às empresas públicas, no sentido de não serem efectuados aumentos salariais para os seus trabalhadores, para o ano de 2010 e verificando-se a possibilidade de V.Exa., em casos excepcionais e devidamente fundamentados, autorizar procedimento diferente, vimos, pela presente, solicitar tal regime de excepção para a Caixa Geral de Depósitos, S.A., atendendo, essencialmente, aos seguintes motivos:

1 - Trata-se de uma sociedade, com a natureza de sociedade anónima, cujo capital é detido pelo Estado e não de uma empresa pública.

2-Como maior Instituição financeira do país, um aumento salarial permitiria transmitir aos mercados financeiros e aos clientes uma mensagem de elevada solidez financeira, especialmente importante numa conjuntura de desconfiança, por parte dos investidores financeiros, em relação à solidez das Instituições financeiras portuguesas (seria possível dizer que a situação financeira da CGD lhe permite aumentos salariais, o que não acontece em muitas instituições do Mundo e evita o inverso, isto é, que se diga que não há aumentos salariais por falta de solidez financeira).

3-A política salarial de excepção para a CGD, além da mensagem de confiança externa, proporcionará aos seus trabalhadores um forte incentivo para ultrapassarem objectivos e contribuir para uma situação financeira ainda melhor da CGD.

4-Por último, os aumentos da função pública no ano de 2009 (2,9%) acompanhados de progressões salariais e prémios de desempenho, situaram-se acima dos aumentos no sector bancário e na CGD (1,5%), o que se traduz, com aumentos 0 (zero) para o corrente ano, numa maior perda do poder de compra destes quando comparados com aqueles.

Por todo o exposto, solicitamos seja emitido despacho a autorizar que na CGD sejam negociados, com esta organização sindical, aumentos salariais nos mesmos moldes que têm sido negociados em anos anteriores e sem qualquer limitação imposta pelo Governo.

Movimento sindical indignado com morte de três bancários gregos

TEXTO: **INÉS F. NETO**

A Confederação Europeia de Sindicatos (CES) e a Confederação Sindical Internacional (CSI) condenaram já a morte de três bancários gregos durante a manifestação de 5 de Maio, considerando tratar-se de um assassinio que é a antítese do protesto legítimo. A Febase junta-se à crítica, dando conta da sua indignação e lamentando um acto que ceifou a vida a três trabalhadores

O movimento sindical internacional está chocado com os actos de violência praticados durante a manifestação de protesto na Grécia, que redundaram na morte de três bancários e em transtornos para dezenas de pessoas.

Em causa, recorde-se, está a morte de três trabalhadores de um balcão do Marfin Bank na capital grega, na sequência de um incêndio provocado por um "cocktail molotov" lançado por anarquistas durante as manifestações de dia 5 contra as medidas de austeridade anunciadas pelo governo para fazer face à crise que o país atravessa.

Depois do trágico acontecimento, os bancos gregos encerraram durante 48

horas, em resposta a uma greve convocada pelos sindicatos.

"Acreditamos que os responsáveis por este e demais actos de atrocidade serão levados ante a Justiça sem mais demora", declararam John Monks e Guy Ryder, Secretários-gerais da CES e da CSI, respectivamente.

A central sindical grega GSEE também condenou "os incêndios, a violência cega e o vandalismo" e lamentou que os trágicos acontecimentos tenham eclipsado a maior manifestação realizada na Grécia em mais de meio século.

A GSEE, filiada na CES e na CSI, organizou, juntamente com a ADEDY (confederação sindical do sector público) a marcha de luto e protesto no dia 6 em todo o país. ■

INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO BANCÁRIA
ISGB - THE PORTUGUESE SCHOOL OF BANK MANAGEMENT

Associação Portuguesa de Bancos

Acesso ao Ensino Superior

Decreto-Lei 64/2006, de 21 Março 2006

2010/2011

Licenciaturas:

- > Gestão Bancária
- > Gestão e Sistemas de Informação

Inscrições Abertas

1ª Fase:	2ª Fase:
até 12 de Maio	até 25 de Junho
Prova Escrita: 19 de Maio	Prova Escrita: 7 de Julho
Entrevistas: 20 a 26 de Maio	Entrevistas: 8 a 14 de Julho

Elementos de Avaliação:

- > Apreciação do curriculum escolar e profissional; Entrevista; Prova escrita

Informações:

ISGB - Av. Barbosa du Bocage, 87, 1050-030 LISBOA | Tel.: 217 916 210 | Fax: 217 955 234

IFB - Rua Fernandes Tomás, 352 - 4º, 4000-209 PORTO | Tel.: 225 194 120 | Fax: 225 102 205

Curso de Preparação para a Prova de Acesso ao ISGB

1ª Edição

Lisboa e Porto: 8 e 15 de Maio

Inscrições até 28 de Abril

2ª Edição

Lisboa e Porto: 26 de Junho e 3 de Julho

Inscrições até 16 de Junho

Duração: 12 horas

Horário: 9h - 12h e 14h - 17h

Local: Lisboa - IFB - Av. 5 de Outubro, nº 164

Porto - IFB - R. Fernandes Tomás, nº 352, 4º

www.isgb.pt

e-mail: isgb@isgb.pt

Não existe justificação económica para o congelamento salarial

TEXTO: CARLOS MARQUES

EM 2010, PARA AS SEGURADORAS, O SEU TRABALHO VALE ZERO DE AUMENTO.

Consideram os Sindicatos que os argumentos utilizados pela APS, para a não actualização da tabela salarial, assentam numa decisão de pura convivência política para com os entes públicos decisores dessa matéria.

Os Sindicatos que apresentaram, individualmente, a mesma proposta de actualização de tabela salarial – 3% – conforme decorre dos pressupostos das respectivas denúncias, tiveram a capacidade e lucidez para, na tentativa de permitir encontrar uma solução, apresentar uma proposta conjunta inferior à da denúncia.

Por sua vez, da parte da APS verificou-se uma total intransigência, não abdicando da

sua proposta de 0%, isto apesar de, na reunião realizada no dia 3 de Março, admitir rever a sua posição, ao declarar que, na próxima reunião, apresentaria nova proposta.

Na reunião seguinte, de 23 de Março, a APS, para além de persistir na sua proposta de 0%, deu por finda a negociação.

A posição unilateral da APS, que transmite falta de capacidade de diálogo, é ilustrativa da sua má-fé negocial, pois se não pretendia actualizar a tabela salarial, a realização das diversas reuniões sobre essa matéria foi totalmente inútil, acrescentando-se o facto de ter criado aos Sindicatos, errónea e falsamente, a expectativa de que poderia haver lugar a essa actualização.

Atendendo a todo o exposto, entendem os Sindicatos que o presente conflito deverá ser dirimido no âmbito do previsto no Código do Trabalho, Lei n.º 7/2009 de 12 de Fevereiro, sobre esta matéria". ■

FEBASE
federação do sector financeiro

Moção

O Secretariado da FEBASE, reunido em Lisboa no dia 15 de Abril de 2010 para, entre outros assuntos, analisar o processo de negociação salarial no sector de seguros, repudia veementemente o comportamento da APS – Associação Portuguesa de Seguradores que, à revelia dos princípios da negociação colectiva existente no sector financeiro, montou uma farsa negocial da qual resultou a ruptura das negociações.

Mais estranha é a postura da APS quando, como é do conhecimento generalizado, as principais seguradoras a operar no território nacional são propriedade do sector bancário, onde, não obstante até ao momento ainda não ter havido acordo salarial para 2010, são respeitados os princípios da negociação salarial e contratual.

Nestas condições, a FEBASE, que representa mais de 80.000 trabalhadores dos sectores bancário e segurador, exige a apresentação imediata por parte da APS de uma proposta de aumento salarial para 2010, que permita o efectivo reinício das negociações.

O Secretariado da FEBASE não pode deixar de manifestar, também, o seu descontentamento pela forma como o Grupo Negociador da Banca tem arrastado o processo negocial, bem como criticar a sua teimosia em apresentar valores para os aumentos salariais que não são consentâneos com os lucros do sector e demonstram uma falta de respeito para com os trabalhadores bancários.

O Secretariado da FEBASE

Os Sindicatos intervenientes no sector segurador, SINAPSA, SISEP e STAS, face às consequências gravosas para os profissionais de seguros, decorrentes da decisão da APS em não alterar a tabela salarial em vigor, o que consideram deplorável e indigno, decidiram dirigir à referida Associação a seguinte declaração conjunta, que se destina a ser anexa à acta n.º 52, respeitante à reunião ocorrida no passado dia 23 de Março, no âmbito da revisão da tabela salarial para 2010

“Os Sindicatos subscritores da presente declaração discordam em absoluto da posição da APS, em não apresentar proposta de aumento salarial para o ano em curso.

Com efeito, não existe qualquer justificação económica para tal, tendo em conta os indicadores macro-económicos conhecidos e divulgados, através do Relatório do Banco de Portugal de 19 de Março. Nesse relatório, é dado a conhecer que a actividade económica aumentou em Portugal, no mês de Fevereiro, relativamente a Janeiro, e que o consumo privado também registou um aumento.

Por outro lado, o sector regressou aos lucros, com resultados positivos de 2009 já confirmados e superiores a 240 milhões de euros, mantendo a sua solidez financeira. Para o efeito, dever-se-á realçar o contributo dos trabalhadores para esta realidade, através do seu esforço e empenho, tanto mais que nos estamos a referir a um ano de crise económica e financeira, não só em Portugal, mas também a nível mundial.

Refira-se, ainda, que contrariamente ao sustentado pela APS e passamos a citar: "...de que em 2009 não houve um aumento de eficiência do sector mas um aumento real significativo da tabela...", dever-se-á ter em conta um estudo do ISP, que revela que a produtividade tem vindo a aumentar significativamente desde o ano de 1997 e, quanto à tabela, o que sucedeu foi que a média da inflação verificada entre os anos 2000 e 2009, considerando a desinflação de 2009 de 0,8%, fixou-se em 2,63% e, por seu turno, a evolução média da tabela salarial foi de 2,7%.

Acresce ainda que as projecções para a inflação deste ano são da ordem dos 2%.

Contrafacção de moeda é crime

TEXTO: ALEXANDRA S. JOSÉ*

De entre os vários assuntos que são colocados aos Serviços Jurídicos do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, por sócios do Sindicato, fomos contactados, recentemente, por um trabalhador que estava a ser alvo de um processo de contra-ordenação, movido pelo Banco de Portugal, no âmbito da prevenção e repressão da contrafacção de moeda, com vista a aplicar-lhe uma coima que podia ir de 1.500 € a 3.000 €, isto porque, alegadamente, não tinha sido retirada uma nota suspeita quanto à sua autenticidade

De referir que, de acordo com o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), o Banco de Portugal pode, efectivamente, aplicar coimas no âmbito deste procedimento relativo à (não) observância de normas de combate à contrafacção.

A matéria encontra-se regulada nos Artigos 8.º e 10.º da Lei Orgânica do Banco de Portugal (Lei 5/98, de 31.01, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.ºs 118/01, de 17.04, 50/04, de 10.03 e 39/07, de 20.02) que, pela sua importância, se transcrevem:

"Artigo 8.º

1 – As notas e moedas metálicas expressas em euros e em moeda estrangeira cuja falsidade seja manifesta ou haja motivo bastante para ser presumida, quando apresentadas a instituições de crédito ou sociedades financeiras no âmbito da respectiva actividade, designadamente para efeitos de câmbio, devem ser retidas e sem demora enviadas às autoridades para tanto designadas em instruções do Banco de Portugal e com observância do mais que por este for determinado.

2 – O disposto no número anterior é aplicável a outras entidades habilitadas a realizar operações de câmbio manual de moeda.

Artigo 10.º

1 – Constituem contra-ordenações, quando não integrem infracção criminal:

a) A infracção ao disposto no n.º 1 do Artigo 8.º, correspondendo-lhe coima de 1.500 a 3.500 € ou de 3.000 a 35.000 €, consoante o agente seja pessoa singular ou pessoa colectiva;

b) A infracção ao disposto no n.º 2 do Artigo 8.º, correspondendo-lhe coima de 1.000 a 3.000 € ou de 2.500 a 25.000 €, consoante o agente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.



c) A inobservância do disposto nos n.ºs 1 a 3 do Artigo 9.º, que é punida com coima de 2.000 a 3.500 € ou de 3.000 a 30.000 €, consoante o agente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

2 – Sendo as contra-ordenações definidas no presente Artigo cometidas por pessoa singular no âmbito de trabalho subordinado, como membro de órgão de uma pessoa colectiva ou como representante legal ou voluntário de outrem, a entidade patronal, a pessoa colectiva ou o representado podem ser cumulativamente responsabilizados como infractores.

3 – A tentativa e a negligência são puníveis.

4 – Compete ao Banco o processamento das contra-ordenações previstas neste Artigo, bem como a aplicação das correspondentes sanções.

5 – É subsidiariamente aplicável o regime geral das contra-ordenações".

Como se verifica, os trabalhadores das Instituições de Crédito têm obrigação de detectar e reter notas e moedas contrafeitas e suspeitas de o serem. Esta obrigação aplica-se tanto às notas e moedas apresentadas directa e pessoalmente ao balcão, mas, também, às que são entregues através de máquinas operadas por clientes.

Nas situações de retenção da nota ou moeda contrafeita ou suspeita de o ser, deverá ser observado o disposto na instrução do Banco de Portugal n.º 9/09, no que se refere aos formulários a preencher e necessárias participações.

Acontece que o trabalhador visado, no processo de contra-ordenação a que acima aludimos, exercia, acidentalmente, as funções de caixa (nas férias e ausências de colegas) e não tinha recebido qualquer informação ou formação profissional sobre a matéria e, embora as

moedas e notas de euro possuam alguns sinais de segurança que permitem verificar a sua autenticidade, a verdade é que as falsificações são cada vez mais perfeitas e nem sempre são perceptíveis ao tacto ou à visão. Ou seja, são necessários conhecimentos específicos sobre a matéria.

O trabalhador acabou por não reter uma nota que veio, depois, a verificar-se ser falsa e, por essa razão, corre o risco de ter que pagar uma coima ao Banco de Portugal, caso o processo não venha a ser arquivado.

A este processo de contra-ordenação aplica-se o Regime Geral das Contra-Ordenações e Coimas, regulado pelo D.L. 433//82, de 27.10, alterado pelo D. L. 244/95, de 14.09, no qual é garantido o direito de audição, antes de ser proferida a decisão final e, também, o direito de recurso da decisão final.

De referir, aliás, que a falsificação e a contrafacção de moeda constituem crime, punido com pena de prisão (Código Penal, Artigo 262.º e seguintes). São igualmente crime, e punidos em conformidade, os actos que tenham por objecto a prática de deterioração da moeda legítima, bem como a passagem de moeda falsificada ou contrafeita. ■

*Advogada do SBSI

CONCURSO FOTO STAS/SBSI 2010



ABRIL – FOTOGRAFIAS APURADAS

TEMA LIVRE – STAS



BOLA DE NEVE
Tiago Matos



BORBOLETA NA CALÇADA
Luís Silva



FLORESTA MÁGICA
João Bruno

TEMA LIVRE – SBSI



GALOP
Rui Martins



INSTANTES DA MANHÃ
João Amaro



VELAS AO VENTO
José Lourenço

COISAS E GENTES DA MINHA TERRA – STAS



CONTORNO DE LISBOA
João Sales



ESTAÇÃO DE COMBOIOS
João Bruno



FOLARES
Luís Silva

COISAS E GENTES DA MINHA TERRA - SBSI



CAMALEÃO ALGARVIO
José Barreiro



DA RIBEIRA AO INFINITO
João Amaro



PARA LÁ DA PONTE
Antonieta Moreira

VER MAIS EM <http://foto-stas-sbsi.blogspot.com>

Centenas de bancários contra decisões da Administração do BCP

Texto: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

Centenas de elementos das estruturas sindicais dos bancários do Centro, do Norte e do Sul e Ilhas concentraram-se frente ao edifício da Alfândega do Porto, recebendo ruidosamente os membros da Comissão Administrativa Executiva do BCP e protestando contra o não aprovisionamento do Fundo Complementar de Pensões do Millennium e o não pagamento do prémio anual aos trabalhadores daquela Instituição

compreensível e inconsequente quando anteriormente produziu uma comunicação que só muito dificilmente poderia ser mais verdadeira e eloquente: "Neste ambiente adverso e desafiante, só com o esforço, dedicação e competência de todos foi possível melhorar os níveis de solidez do Banco, atingindo em 2009 os rácios de capital mais elevados dos últimos 15 anos, assegurar o controlo da evolução do gap comercial e das necessidades de liquidez, melho-

N a circunstância, o presidente do SBN e Secretário-Geral da Febase, Mário Mourão, enfatizou que embora o Banco não tenha conseguido os resultados tão elevados que teve anteriormente, esteve muito longe de registar prejuízos – muito antes pelo contrário. Tal facto deve-se ao esforço dos funcionários, que fazem milhares de horas extraordinárias não remuneradas. Saberá a Comissão Administrativa Executiva quantas? E por isso têm direito ao prémio, aliás exíguo face a bónus escandalosos que os gestores recebem. Posteriormente, Mário Mourão, em declarações ao JN, sublinhou que o tema será debatido em sede de negociação de contratação colectiva.

De facto, apesar de o BCP ter tido, em 2009, um lucro de 225 milhões de euros – superior em 12% ao ano anterior – não foi feita a contribuição anual para o Plano Complementar de Reforma nem os funcionários vão receber o prémio de participação nos lucros.

De resto, o Vice-presidente do SBSI, Viriato Baptista, acrescentou que as tabelas salariais são muito baixas e os trabalhadores já contavam com o complemento para viverem. Ao fim e ao cabo, aquele prémio, variável em função de objectivos – de um a três ordenados –



permitia que os funcionários sentissem, ao menos, mitigado o repetido desrespeito pelas leis laborais, nomeadamente em matéria de horários e de pagamento de horas de trabalho.

Aliás, a decisão da Comissão Administrativa Executiva é tanto mais in-

permitia que os funcionários sentissem, ao menos, mitigado o repetido desrespeito pelas leis laborais, nomeadamente em matéria de horários e de pagamento de horas de trabalho.

Apetece comentar: "Mas que bem que eles escrevem!" Só é pena que depois "não façam bater a bota com a perdigota"!

E não será raiar as fronteiras do descaramento pôr em causa todo o empenho que reconhece ter existido por parte dos trabalhadores do Banco, não fazendo a contribuição para o Plano Complementar do Fundo de Pensões?

Este texto continuava com mais algumas perguntas (pedimos desculpas pela interrupção), mas só mais uma: alguém ouviu para aí falar no 25 de Abril? ■

Apesar de o BCP ter tido, em 2009, um lucro de 225 milhões de euros – superior em 12% ao ano anterior – não foi feita a contribuição anual para o Plano Complementar de Reforma nem os funcionários vão receber o prémio de participação nos lucros



Encontro de delegados sindicais do Grupo CGD

Sindicatos e Administração
unidos a favor do regime de excepção

Nada justifica o congelamento de salários dos trabalhadores da CGD – os bons resultados obtidos afastam o Banco público das empresas deficitárias tuteladas pelo Estado. Sindicatos e Administração estão de acordo, exigindo ao Governo a aplicação do regime de excepção à Caixa, para prosseguirem as negociações de revisão da tabela. Certezas deixadas no encontro de Estruturas Sindicais do Grupo CGD, realizado pela primeira vez no âmbito da Febase



Participaram mais de centena e meia de delegados dos Sindicatos da Febase no Grupo CGD

TEXTO: INÉS F. NETO

“A situação laboral no Grupo CGD” foi o tema que serviu de mote aos vários painéis que animaram a reflexão do encontro de Estruturas Sindicais, que se realizou em 17 e 18 de Abril em Peniche e este ano teve a particularidade de envolver os dois ramos do sector financeiro: Banca e Seguros. Participaram mais de centena e meia de delegados dos Sindicatos da Febase no Grupo CGD.

Sob o tema central desenvolveram-se vários debates, divididos em três

painéis que, no conjunto, abarcaram os diferentes assuntos candentes na CGD, da revisão salarial aos desafios que se colocam ao Banco, passando pelo Fundo de Pensões e a prestação de cuidados de saúde. Para tal, o Encontro contou com a participação de uma série de convidados, quer da área sindical quer da Administração.

António Fonseca, dirigente do SBSI que faz a ligação sindical à CGD, de onde é oriundo, coordenou os trabalhos.

Febase na CGD

Coube ao Secretário-geral da Federação do Sector Financeiro (Febase) ser o orador da sessão de abertura do Encontro. Acompanhado na mesa pelos dirigentes dos três Sindicatos dos Bancários Delmiro Carreira (SBSI), Isabel Velada (SBN) e Gentil Louro (SBC), Mário Mourão dedicou a sua intervenção ao papel inovador da Febase no âmbito da defesa dos trabalhadores. Sublinhando o seu «carácter histórico», referiu-se especialmente ao universo CGD, já que o Grupo agrega os dois sectores.

Mário Mourão recordou o longo caminho percorrido até a Federação ser uma realidade, alertando para o percurso de afirmação que a Febase ainda tem de percorrer. Parte importante dessa estrada será percorrida com determinação para ultrapassar obstáculos, «como é apanágio do movimento sindical democrático», frisou.

No que diz respeito às condições de trabalho, sindicalização ou negociação colectiva, os trabalhadores podem contar com a Febase, cuja disponibilidade «é total para lutar convosco e para que o primado da razão substitua o da injustiça e da prepotência», concluiu Mário Mourão.

Cuidado com o futuro

Sob a designação “A situação laboral no Grupo CGD”, o segundo painel contou com

a intervenção de Francisco Bandeira, vice-Presidente da CGD e actual presidente do BPN, que esteve acompanhado por Henrique de Mello, director-geral da DPE.

O responsável começou por aquela que foi a sua principal mensagem ao longo da tarde: «Não vivemos um bom momento.»

Traçando uma panorâmica sobre o sector em geral e a CGD em particular, o responsável lembrou a enorme agressividade concorrencial no crédito à habitação em 2008 e 2009.

«Se a isto acrescentarmos o facto de sermos um instrumento de peso na economia – devido à presença na PT, na REN, na Galp, na Cimpor – num período negativo para as acções, significa uma “tarreia” nos resultados», acrescentou. Ou seja, especificou, se 2008 foi um ano com «recorde de resultados», 2009 «foi um ano mau».

Referindo-se ainda aos desafios que Basileia III acrescentará ao nível da estrutura de capital e dos rácios de transformação num período de «ressaca da crise financeira», Francisco Bandeira foi peremptório: «O futuro não vai ser bom.»

Basileia III, reforçou, colocará também problemas ao grupo financeiro devido à questão dos seguros.

«Estes são desafios que têm de ser feitos com os trabalhadores.» O desafio para os trabalhadores, defendeu, «não é serem escravizados, não é trabalharem mais – mas trabalharem melhor. Há uma distinção entre empenho e desempenho».

Nas mãos do Governo

O momento mais conturbado chegou com a abordagem da negociação colectiva, que na CGD se encontra suspensa neste momento.

Francisco Bandeira recordou que a CGD, tal como outras Instituições do sector empresarial do Estado, foi alvo do ofício do Ministério das Finanças, determinando o congelamento dos salários.

«Estávamos num processo negocial quando isso aconteceu», referiu o administrador, revelando que o Orçamento do Banco contemplava já um aumento salarial de 1,25%, e eventualmente uma percentagem mais elevada para os trabalhadores dos níveis mais baixos da grelha.

A Administração fez uma exposição ao Estado a justificar a aplicação do regime de excepção à CGD. «Colaram-nos imediatamente à TAP, mas nós não temos prejuízo: entregámos 300 milhões de dividendos ao Estado.

O responsável adiantou ainda ter «esperança que em 2010 haja crescimento dos salários», acrescentando que, pelo contrário, «em 2010/11 a Administração não terá distribuição de resultados».

CGD tem de respeitar a lei

Já na fase de debate, Delmiro Carreira deslocou o discurso para a posição sindical, e concretamente no que diz respeito à negociação deu ênfase à questão legal.

«Para os Sindicatos da Febase não está em causa a legitimidade de os accionistas darem instruções aos seus negociadores. Em causa está, sim, a legitimidade de apresentar uma proposta à mesa de negociações e mais tarde retirá-la. À luz do Código do Trabalho esta atitude é ilegal», frisou o vice-Secretário-geral da Febase.

«Ou o Governo não mediu as consequências do seu acto ou não se apercebeu que havia já processos a decorrer, como é o caso da CGD. Há que clarificar as regras do jogo: se a CGD está à mesa de negociações ao abrigo do Código do Trabalho tem de respeitar a lei», concluiu.

Também Mário Mourão interpelou Francisco Bandeira, dando conta do descontentamento sindical face à discrepância entre os resultados da CGD e a respectiva compensação pelo esforço laboral. «Estamos de facto a viver a ressaca da crise financeira, mas o sistema bancário português resistiu melhor do que o de outros países. A CGD é



disso exemplo: em 2008 teve resultados recordes, mas comparando isso com o que têm sido as negociações verifica-se que o esforço dos trabalhadores não está a ser reconhecido», acusou.

«Não aceitamos o congelamento dos salários. Esta posição do Governo é inaceitável», garantiu o Secretário-geral da Federação.

Face à discussão tão viva que rodeou este painel no que diz respeito à negociação colectiva, o painel seguinte, que tinha por tema central “A situação laboral no Grupo CGD”, acabou por cingir-se a um elencar de testemunhos de trabalhadores sobre diversas situações, sobre os quais os elementos das Direcções sindicais prestaram esclarecimentos. ■

A importância da saúde

“Fundo de Pensões e Serviços Sociais” foi o tema de mais um painel, no qual foi possível contar com o testemunho de António Freire, representante dos trabalhadores na Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões da CGD e membro do Conselho Fiscal dos Serviços Sociais da CGD. A acompanhá-lo no debate, Rui Riso, presidente do Conselho de Gerência dos SAMS.

Quanto ao Fundo de Pensões, os trabalhadores tiveram a confirmação de que o Fundo está provisionado a 100%, depois de um reforço da Administração de 1,33 mil milhões.

Quanto aos Serviços Sociais, «estão de boa saúde financeira: as receitas cresceram 4,1% e têm reservas razoáveis, acumuladas nos últimos exercícios». Esta boa performance foi explicada, em parte, pela introdução de medicamentos genéricos, cuja «prescrição pelos médicos é superior a 95%».

Por sua vez, Rui Riso lembrou que todos os trabalhadores da CGD podem utilizar também os SAMS, já que existe um protocolo com os Serviços Sociais, e, do mesmo modo, também os sócios do SBSI podem beneficiar do protocolo celebrado com a AdvanceCare.

«Todos os Sindicatos se preocupam com a contratação colectiva e os Fundos de Pensões, todos têm uma vertente social e de lazer. Mas só os Sindicatos verticais portugueses têm prestação de cuidados de saúde próprios», frisou Rui Riso.

Novos trabalhadores
ainda sem plano complementar de reforma

Para o vice-Presidente Francisco Bandeira, a CGD é uma instituição “amiga” dos seus trabalhadores, já que estes, em sua opinião, «têm melhores condições do que na restante Banca». Como exemplos, referiu o facto de possuírem «a melhor saúde do sector», serem-lhes dadas condições que respeitam a dignidade («os colegas de 50 anos são chamados à linha da frente»), cerca de 96% dos contratados a prazo acabam por entrar para a Caixa, e terem boas condições de finalização de carreira.

Já os trabalhadores não se mostraram assim tão satisfeitos. Entre as queixas, refira-se as mais frequentemente enumeradas: problemas no pagamento do subsídio de caixa, injustiças no método de avaliação interna (inclusive pela penalização dos pais e mães que beneficiam do regime de parentalidade), trabalho suplementar não remunerado.

Os Sindicatos recordaram outras situações, como a que envolve os novos trabalhadores da CGD inscritos no regime geral da Segurança Social, que não têm ainda direito ao fundo complementar de reforma, não obstante a pressão que têm feito e as próprias promessas da Administração.

Manifestação da UGT no Dia do Trabalhador

Combate à crise domina 1.º de Maio

Texto: **INÉS F. NETO**

Mais de 40 mil trabalhadores responderam ao repto da UGT e desfilaram entre o Marquês de Pombal e os Restauradores, em Lisboa, para comemorar o 1.º de Maio. Na ressaca do grande terramoto financeiro que assolou o Mundo e cujas ondas de choque continuam a fazer-se sentir, o Dia do Trabalhador ficou marcado pela luta contra o desemprego e a exigência de mais e melhor emprego

O 1.º de Maio deste ano foi dominado pela crise. O combate a todas as causas e consequências da maior crise desde os anos 30 do século

passado tornou-se um imperativo europeu, sob pena de assistirmos impotentes à falência sucessiva de Estados à mão dos especuladores.

Sendo Portugal um dos países da Zona Euro alvo da especulação financeira e por isso severamente ameaçado, o tema não poderia deixar de estar presente em todos os discursos e de balizar as reivindicações.

Assim, o combate às perversas consequências da crise esteve o centro dos protestos – com especial relevo para o desemprego. Mas nas palavras de ordem não faltaram outras exigências. Numa dicotomia quase perfeita entre a exigência e a rejeição, gritou-se Av. da Liberdade abaixo “Trabalho sim, desemprego não”, “Emprego de qualidade sim, precariedade não”, “Justiça social sim, desigualdades não”. A preocupação estendeu-se ainda ao crescimento económico, à negociação e à solidariedade social.



Mobilização em crescendo

Com o balanço da crise e o “trabalho de casa” dos Sindicatos, que mais uma vez responderam ao desafio da Central e mobilizaram os trabalhadores dos respectivos sectores para estarem presentes na Avenida da Liberdade, a manifestação da UGT – a terceira desde que a Central adoptou este modelo de comemoração – juntou mais de 40 mil pessoas, nas palavras de João Proença.

A gravidade da actual situação mundial e do País – com níveis de desemprego como há muito não se registava, precariedade laboral, encerramento de empresas e recurso abusivo ao lay-off, baixos salários e pensões – não deixará de ter pesado neste aumento da adesão dos trabalhadores e, sobretudo, na diversidade dos que desfilaram até aos Restauradores: homens e mulheres, jovens e menos jovens, trabalhadores no activo, desempregados e reformados.

Antes ainda das 14h30, trabalhadores de Norte a Sul do País começaram a juntar-se em torno do Marquês, empunhando bandeiras de Sindicatos e panos com palavras de ordem. Longas faixas davam conta das reivindicações gritadas

ao longo de todo o percurso, entre as quais “Trabalho sim, desemprego não” foi repetida quase até à exaustão, demonstrando qual a principal preocupação dos portugueses.

Tal como em anos anteriores e de acordo com a tradição deste tipo de eventos, a manifestação foi acompanhada por uma parafernália de elementos figurativos. Lá estiveram bombos, gigantes, bandas filarmónicas e ranchos folclóricos a alegrar o desfile.

Encabeçada pelos principais líderes da UGT – entre os quais João Proença, João de Deus, Delmiro Carreira, Mário Mourão, Viriato Baptista e Carlos Chagas – a manifestação começou cerca das 15h00.

Febase em força

Os trabalhadores do sector financeiro acorreram em massa à manifestação da UGT, o que se explica por estarem a viver um momento particularmente delicado e sentirem na primeira pessoa algumas das consequências da crise – intransigência patronal na revisão salarial, jovens trabalhadores sem renovação dos contratos a prazo, ritmos laborais intensos, trabalho suplementar não remunerado.

Sob a alçada comum da Federação do Sector Financeiro (Febase), os trabalhadores representados pelos Sindicatos da Banca (SBSI, SBN e SBC) e dos Seguros (STAS e SISEP) ocuparam o terceiro lugar desde a cabeça da manifestação, ao contrário do ano passado quando, devido ao resultado do sorteio efectuado pela Central sindical, ficaram colocados quase na cauda do desfile.

Assim, bancários e trabalhadores dos seguros desfilaram até aos Restauradores empunhando panos onde se podiam ler palavras de ordem genéricas – “Vencer a crise”, “Defender o emprego”, “Contra a precariedade” –, ou directamente relacionadas com o sector: “Para os ad- ▶

Os trabalhadores do sector financeiro acorreram em massa à manifestação da UGT, o que se explica por estarem a viver um momento particularmente delicado e sentirem na primeira pessoa algumas das consequências da crise

Em discurso directo

A “Revista Febase” ouviu alguns dos participantes na manifestação organizada pela UGT sobre a razão por que decidiram desfilar.

Fernando Tendinha,
44 anos, funcionário público

“Resolvi participar porque os funcionários públicos têm sido os ‘bombos da festa’ do Governo. Sempre que algo corre mal somos os primeiros a ter de fazer sacrifícios. Percebo que é preciso fazer sacrifícios, mas devem ser repartidos por todos os portugueses, não só por alguns. E vim à manifestação da UGT por uma questão ideológica, não me identifico com a outra Central sindical.”

Joana Pereira,
18 anos, estudante

“Vim juntar o meu protesto ao dos meus pais, pois a situação está muito difícil para quem trabalha – e pior ainda para os jovens, que querem emprego e não têm. Além do desemprego há muita precariedade, os jovens só encontram trabalho pago com recibos verdes.”

Maria de Lurdes Santos,
64 anos, bancária reformada

“As manifestações são boas para mostrarmos que as coisas não vão bem. Os reformados pagam cada vez mais impostos e os Bancos não querem aumentar as reformas. Este ano ainda não tivemos aumento, por isso é bom mostrar que não estamos satisfeitos.”

Ana Maria Lopes,
53 anos, auxiliar acção médica

“Não gosto de manifestações, mas a crise exige que o povo vá para a rua mostrar a sua revolta. Se o Mundo está em crise a culpa não é dos trabalhadores, que esses limitam-se a trabalhar, como sempre. Patrões e governo têm de perceber que não podem continuar a obrigar-nos a apertar o cinto.”

Tânia Freire,
30 anos, administrativa numa multinacional

“Penso que devemos dar um sinal de que os trabalhadores não estão dispostos a aceitar tudo o que lhes querem impor. Se não o fizermos, corremos o risco de nos acontecer o mesmo que aos gregos: congelamento de salários, usurpação dos subsídios de férias e de Natal. Ao Governo e aos empresários não lhes falta vontade de avançar com medidas dessas, basta ver as propostas para o subsídio de desemprego.”

Pedro Costa,
40 anos, ladrilhador da construção civil

“É preciso sair à rua porque isto está muito mal. Nunca me lembro de ver tantos problemas na construção civil, que é o ramo onde sempre trabalhei. É bom que as duas Centrais sindicais e todos os Sindicatos façam manifestações, para ver se isto muda.”

Do sismo de Lisboa ao terramoto financeiro



A História não se repete, mas deixa-nos lições com as quais devemos aprender e sobretudo extrapolar para novas situações, abstraindo-nos do tempo e do espaço e atentando na essência das coisas.

Vem isto a propósito do simbolismo do local escolhido para a UGT para as comemorações do 1.º de Maio, percorrendo precisamente o espaço entre a rotunda do Marquês de Pombal e a praça dos Restauradores. Dois locais de Lisboa que evocam personagens e acontecimentos relevantes da História de Portugal.

A propósito do Marquês de Pombal, abstraiamo-nos da personalidade controversa do ministro de D. José I, da sua persistente perseguição aos jesuítas até à expulsão da Ordem, da sua propensão para o abuso de poder. Concentremo-nos no seu espírito reformador e visionário, nas suas ideias de grande alcance que permitiram fazer face às consequências do terramoto de 1755 e transformar um monte de ruínas numa cidade urbanisticamente digna de uma capital europeia. Lisboa renasceu dos escombros.

Um exemplo inspirador nestes tempos de crise económica e social, em que as dificuldades sentidas com tanta severidade por milhares de pessoas exigem coragem e inovação nas respostas ao terramoto financeiro que deixou o Mundo – e consequentemente Portugal – sob as suas ondas de choque, e cujos ataques especulativos se assemelham às réplicas de um sismo.

Evoquemos então o segundo acontecimento, e tal como em 1640 saibamos fazer frente aos ataques do capitalismo especulativo e defender a autonomia e independência do euro, talvez a única forma de salvar a nossa economia e o projecto em construção de uma Europa social.

É tempo, pois, de “enterrar os mortos, cuidar dos vivos”. Ou seja, por analogia, sepultemos os erros do passado, construamos um novo sistema, que assegure um futuro mais justo e solidário.





ministradores milhões”, “Para os trabalhadores cêntimos” e “Por que é que a Banca não paga as horas extraordinárias?”.

Embora reunidos espacialmente num único grupo que representava o sector financeiro e envergando t-shirts brancas com o logótipo da Febase, os trabalhado-

res marcharam unidos por sindicatos, que se distinguiram pelas cores – os do SBSI de boné azul-turquesa, os do SBN de vermelho ou branco com as letras em dourado (nova imagem, adoptada por ocasião dos 75 anos), os do SBC e os do STAS de branco também. Um carro de som próprio repetia as palavras de or-

dem da UGT e as do sector – “Com a Febase contra a crise” foi uma delas. A delegação contou ainda com o incentivo visual e sonoro dos bombos e Zé Pereiras do grupo “Amigos de Galegos”, de Penafiel, bem como da banda e respectivos gigantes da Escola de Concertistas da Lousã.

No final do percurso e mesmo à entrada da Praça dos Restauradores, duas faixas do SBSI colocadas lateralmente reclamavam pelo “Fim dos off-shores” e “Contra o trabalho não pago”.

Recorde-se que antes da manifestação, bancários e trabalhadores dos seguros filiados nos cinco Sindicatos da Febase reuniram-se num almoço-convívio nas instalações do SBSI na Marquês de Fronteira, de onde partiram para se juntarem aos restantes milhares de trabalhadores que participaram no 1.º de Maio da UGT.

Colaborar na solução

No palco montado para as intervenções sindicais tomaram a palavra João Proença e João de Deus.

«Este é de facto um grande espectáculo», afirmou o presidente da Central sindical aludindo à reunião da UGT e dos trabalhadores filiados nas suas estruturas.

A grave situação do País marcou o discurso de João de Deus, que deixou o compromisso de que a UGT quer «colaborar activamente na resolução dos graves problemas que o País enfrenta».

O presidente da UGT não escamoteou os desafios que se colocam, mas exigiu equidade no seu cumprimento: «O PEC é uma obrigação. Sabemos que são necessários sacrifícios e estamos prontos, o que nos indigna é que sejam sempre os mesmos a sacrificarem-se pela crise que outros criaram. Ficaram impunes e hoje aí estão a impor as suas regras.»

«É tempo de dizer basta. Não queremos ir por aí», garantiu João de Deus, adiantando que «a UGT tem alternativas».

Luta aos especuladores

Depois de saudar os «mais de 40 mil trabalhadores» presentes na manifestação do 1.º de Maio, que este ano celebra 124 anos sobre a luta dos trabalhadores de Chicago, o Secretário-geral da UGT lembrou que esta data, que começou a ser comemorada em Portugal há 120 anos, «é um dia para festejar, mas sobretudo para reivindicar».

Enumerando os graves problemas actuais, do desemprego à pobreza e ao aumento das assimetrias, João Proença criticou as empresas que têm lucros mas querem congelar salários. «Nem todas as empresas são boas», frisou.



Mas o principal alvo da Central no Dia do Trabalhador foi, sem dúvida, o capital especulativo. «Depois da Grécia e da Irlanda, esta semana Portugal e Espanha sofreram ataques brutais do capital especulativo, que quer lucros rápidos», denunciou no seu discurso o líder da UGT, João Proença.

«Não se pode dizer que estamos como em 1984, quando Portugal precisava de dinheiro para alimentos e não tinha. Este é um ataque especulativo daqueles que provocaram a crise», especificou. «Portugal não se pode vergar a estes ataques», acrescentou João Proença, numa referência à descida do ‘rating’ de Portugal pela agência de notação financeira Standard & Poors, que levou ao aumento dos juros da dívida portuguesa nos mercados internacionais.



Enumerando os graves problemas actuais, do desemprego à pobreza e ao aumento das assimetrias, João Proença criticou as empresas que têm lucros mas querem congelar salários

Contra obsessão do défice

O líder da Central sindical lembrou o muito que foi conseguido a nível social em Portugal desde o 25 de Abril, do Serviço Nacional de Saúde ao alargamento da escolaridade obrigatória e à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Mas alguns «pesca-dores de águas turvas» querem o regresso a 24 de Abril, alertou.

«Sabemos que é preciso controlar o défice e a dívida, mas não se podem transformar numa obsessão e piorar as condições de trabalho. São precisas políticas que apostem em melhores salários», disse ainda João Proença, acrescentando: «É necessário melhores salários, porque as empresas têm que ter a quem vender os produtos e porque melhores salários significam mais produtividade».

Numa referência aos funcionários públicos, criticou o congelamento de salários e defendeu políticas que melhorem a gestão e motivação. «As reformas não se fazem por decreto mas com os trabalhadores.»

Mais diálogo

João Proença defendeu ainda o aumento de apoios e a assunção de que a pobreza em Portugal não é endémica e pode ser combatida através dos postos de trabalho. «O combate ao desemprego passa pelo reforço do diálogo social», frisou, exigindo a entrada em vigor do Código Contributivo, um instrumento importante de defesa da Segurança Social.

Mas as exigências da UGT não se ficaram pela luta contra o desemprego. A Central sindical alertou que é necessário melhorar as condições de trabalho, nomeadamente os salários.

Contra a precariedade

A Confederação Europeia de Sindicatos (CES) lembrou que este ano o 1.º de Maio foi comemorado num contexto muito particular de grave crise económica, que ameaça milhões de postos de trabalho. E deixou o alerta: o futuro da Europa não pode ser a precariedade.

Para a CES, o principal desafio que se coloca à UE e aos governos passa por defender a qualidade do emprego, promover a inclusão social e reduzir as desigualdades crescentes, especialmente num contexto de globalização. Face à degradação do emprego, a UE deve desenvolver políticas de investimento através de um plano de relançamento da União equivalente a 1% do PIB europeu, visando pôr em prática políticas industriais inovadoras e geradoras de emprego, defende a organização sindical.

«Ao apostar no investimento de longo prazo, a Europa assegurará a sustentabilidade do seu modelo. O desafio é enorme, especialmente num contexto de globalização agressiva e de défices públicos muito importantes. Mas tem de ser assumido, e por isso devem ser dados à Europa os meios necessários, nomeadamente em termos de orçamento», exortou John Monks, Secretário-geral da CES.

Lembrando que «a UGT nunca teve uma agenda de agitação mas de acordos sociais», o líder da Central sindical não afastou o cenário de luta, dando como exemplo a de 27 de Abril na Carris.

E num momento em que o número de desempregados ultrapassa já o meio milhão, João Proença desafiou o Governo a «iniciar negociações com vista a um pacto de emprego.»

João Proença aproveitou ainda para «saudar o diálogo entre o Governo e o maior partido da oposição», disse a propósito do encontro entre o líder do PSD Passos Coelho e o Primeiro-Ministro.

«Mas este tem de ser um diálogo com o objectivo de melhorar a vida dos mais fracos», frisou, considerando a necessidade de «um diálogo continuado e mais alargado entre Governo e oposições» e exigindo o «reforço da participação dos trabalhadores». ■

CGTP na Alameda

A CGTP comemorou o 1.º de Maio novamente na Alameda D. Afonso Henriques, onde culminou a manifestação que teve início no Martim Moniz.

No seu discurso, o líder da Central, Carvalho da Silva, criticou o PEC, considerando que os mercados «só vão acalmar com a luta dos trabalhadores», e anunciou uma manifestação nacional para dia 29.

Pelo mundo: muito protesto e pouca festa

Um pouco por todo o Mundo e de forma mais violenta do que pacífica, milhões de trabalhadores comemoraram o 1.º de Maio, aproveitando o dia de homenagem aos “mártires de Chicago” de 1886 para protestar pelas cada vez maiores dificuldades a que são sujeitos. Face à crise global reivindicaram mais trabalho, aumentos salariais e melhores condições laborais e de vida. Das múltiplas manifestações, a “Revista Febase” destaca apenas algumas

Espanha: uma taxa de desemprego de cerca de 20% e a ameaça de um aumento de impostos e da idade da reforma levou milhares de espanhóis à rua neste 1.º de Maio, participando em manifestações organizadas nas principais cidades do país.

França: há muito que os franceses mostraram que não brincam quando se trata de protestar – e este ano não foi diferente, ou não fosse este o país da revolução pela “liberdade, igualdade, fraternidade”. Incentivados por vários sindicatos, milhares de manifestantes reuniram-se para protestar contra o desemprego, que ronda os 10%, e contra a reforma no sistema de pensões.

Itália: apesar da elevada taxa de desemprego – quase 9% no total, 27% entre os jovens – e da ameaça dos especuladores sobre a dívida pública, os italianos optaram por celebrar o Dia do Trabalhador em festa. Assim, em Roma o 1.º de Maio ficou marcado por um concerto na praça de San Giovanni, como é habitual nos últimos anos. Ao som da música, muitos sindicatos discursaram sobre o trabalho.

Turquia: cerca de 300 mil manifestantes turcos juntaram-se na praça de Taksim, uma das mais conhecidas em Istambul, para festejar o 1.º de Maio – algo que não acontecia desde 1977, quando dezenas de pessoas foram mortas no mesmo local.

Grécia: o Dia do Trabalhador ficou marcado por confrontos entre manifestantes e a polícia em várias cidades. Em Atenas, onde se juntaram dezenas de milhares de manifestantes, os confrontos ocorreram quando algumas dezenas de jovens, alguns armados com bastões, se lançaram sobre o cordão das forças anti-motim colocado em frente do Ministério das Finanças, no momento em que passava o desfile sindical. A polícia respondeu lançando granadas de gás lacrimogénico e os jovens acabaram por dispersar. Num outro incidente, as forças de segurança dispararam gás lacrimogénico quando um grupo de manifestantes se destacou dos restantes e se aproximou de um hotel de luxo na praça Syntagma, no centro da capital. Já em Salónica, a grande metrópole do norte da Grécia, a polícia também lançou gás lacrimogénico para dispersar cerca de 250 pessoas que se afastaram do desfile para partir montras de lojas, caixas Multibanco e automóveis. Os dois desfiles de Salónica, um organizado pela Frente Sindical Comunista e o outro pelas duas grandes centrais sindicais nacionais, a GSEE e a Adedy, juntaram cerca de 5.000 pessoas.



Pesca

Fernando Igrejas, do SBN ganha no alto mar de Peniche

TEXTO: RUI SANTOS

Fernando Igrejas, do BCP/Norte, foi o vencedor da 9.ª edição do campeonato interbancário de pesca de alto mar, tendo sido o primeiro na final nacional, que teve lugar ao largo de Peniche, em 24 de Abril



Fernando Igrejas

Fernando Igrejas foi o vencedor mas contou com forte oposição de António Valério e de Bruno Ferreira. De tal maneira que só a pesagem final dissipou dúvidas quanto ao vencedor, já que quer o número de exemplares capturados quer a pontuação final foi muito semelhante para os três pescadores que ocuparam o pódio da competição.

Participaram nesta final nacional 18 pescadores, oito em representação do Sul e Ilhas, seis do Norte e

quatro do Centro. E todos eles se bateram pelo melhor resultado, aproveitando as excelentes condições climáticas e o mar chão, mas acabou por vir ao de cima a maior experiência individual.

Esta foi a classificação dos dez primeiros:

1.º Fernando Igrejas (BCP/Norte), 1250 pontos; 2.º António Valério (BCP/Sul), 1185; 3.º Bruno Ferreira (B. Popular/Sul), 1000; 4.º Manuel Oli-

veira (BES/Norte), 895; 5.º António Salgueiro (Cotacâmbios/Sul), 815; 6.º Silvério Velez (BST/Sul), 740; 7.º Rui Nunes (BPI/Centro), 660; 8.º João Ribeiro (BST/Sul), 595; 9.º José Martins (Ifap/Sul), 590; 10.º Francisco Manata (BPI/Centro), 570.

O maior exemplar, um pargo com 35 centímetros, foi capturado por João Ribeiro e a vitória de Fernando Igrejas tem ainda maior mérito, quando se sabe que António Valério é um veterano nestas "andanças", pois participa na competição há 18 anos, enquanto o jovem Bruno Ferreira foi o vencedor da edição do ano passado e tinha ganho, recentemente, a final do Sul e Ilhas.

Para que a época de pesca termine faltam ainda disputar três finais nacionais: a de rio, em 18 de Setembro, em Coruche; a de surfcasting, em 9 de Outubro, na Foz do Arelho e a de mar, em 30 de Outubro, em Vila Praia de Âncora. ■

Motards da Febase concentram-se em 10 de Junho

TEXTO: RUI SANTOS

Já é oficial: a Febase decidiu promover o 1.º encontro de motards do sector financeiro, um evento que vai juntar a "família motard" dos cinco Sindicatos que integram a Federação e que decorrerá em 10 de Junho, nas instalações do Centro de Férias do SBSI, em Ferreira do Zêzere



Formação do SBSI, no Casal do Zote - Bêco, a escassa distância de Ferreira do Zêzere, onde será servido um "robusto" pequeno-almoço. Depois, a partir das 11 horas, será organizado um passeio turístico "surpresa", na zona, seguindo-se o almoço e a pausa para cada um aproveitar da melhor maneira, desde o desejado convívio com os outros participantes, até à "siesta" retemperadora ou ao passeio para conhecer aquela bela zona do centro do País.

As inscrições já decorrem, em cada um dos Sindicatos da Febase, e devem ser feitas até 2 de Junho, mediante o pagamento de 20 €, por pessoa, um valor que pode ser liquidado em duas prestações mensais e consecutivas.

Um detalhe não menos importante reside no facto de cada associado se poder fazer acompanhar de familiares, para que a concentração seja mesmo o encontro da "família motard". ■

Grande cruzeiro FEBASE

Madeira



Cruzeiro no Funchal de 12 a 16 de Setembro

Um País solidário



Informações nos Serviços Administrativos ou nos sites dos Sindicatos
www.sbsi.pt; www.sbn.pt; www.sibace.pt; www.stas.pt; www.sisep.pt

Inscrições até 30 de Junho
no seu Sindicato

Conselho Geral aprova Relatório e Contas e proposta de revisão parcial dos Estatutos



Presidido por Amílcar Pires, Presidente da MAG/CG em exercício, o Conselho Geral, reunido em 14 de Abril, aprovou o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2009

TEXTO: **LUIS ARDÉRIUS**

A negociação colectiva foi o primeiro tema a ser abordado, com Aníbal Ribeiro, no período de informações, a fazer uma intervenção, onde expôs a actual situação e as dificuldades que a FEBASE, que lidera as negociações junto da APB, tem sentido com a Banca, em geral.

Depois de intervenções de Francisco Carapinha, sobre actividades promovidas na área dos tempos livres, de João Antunes, sobre sindicalização, de Carlos Bicho, sobre formação, de Luís Ardérius sobre as comemorações dos 75 anos do Sindicato, de Carlos Silva sobre a revisão estatutária, que teve lugar por imposição do Ministério Público, e de Costa Ferreira, sobre a reivindicação dos reformados, quanto à legislação fiscal que os afecta nos seus rendimentos, passou-se de seguida ao ponto 2, para apresentação, discussão e votação do Relatório e Contas respeitante ao exercício de 2009, dos Regimes de Acção Sindical, SAMS - Regime Geral e Regime Especial.

Aprovação do Relatório e Contas

O Tesoureiro, Freitas Simões, fez uma análise dos valores apresentados nos Regimes Acção Sindical e SAMS Regime Geral e Especial, bem como dos valores consolidados, cujo resultado líquido positivo foi da

ordem dos 98 mil euros. Este resultado, segundo o Tesoureiro, é consequência, essencialmente, da quebra dos resultados do Regime Geral. Já quanto ao Regime Especial e à Acção Sindical verificou-se uma melhoria, relativamente ao ano transacto.

A Acção Sindical obteve um resultado líquido positivo de 20.152 euros. A melhoria dos resultados ficou a dever-se à evolução favorável dos custos, resultante de uma continuada política de contenção em praticamente todas as rubricas, com excepção do aumento das amortizações, por força do investimento realizado, tendo em vista a preparação das comemorações dos 75 anos do Sindicato.

Depois de justificar a redução dos proveitos, que fica a dever-se, segundo Freitas Simões, à diminuição das receitas provenientes das viagens de turismo e à significativa redução dos rendimentos das aplicações financeiras, concluiu que a situação do Sector Sindical saiu reforçada no exercício de 2009, tendo proposto que o lucro obtido fosse contabilizado em Reserva Legal - 2.015,17 euros e Reserva para Fins Sindi- cais - 18.136,48 euros.

Quanto aos SAMS - Regime Geral, o resultado obtido de 21.283 euros, representa um decréscimo relativamente ao ano de 2008, para o que contribuiu o crescimento dos "Custos Operacionais", fundamentalmente devido ao aumento das comparticipações, em cerca de um milhão de euros, num crescimento de 8%, o que originou que o peso das comparticipações face às contribuições evoluísse de 88% para 95% em 2009.

Os SAMS - Regime Especial, com um resultado líquido positivo de 56.299 euros, inverteu a situação verificada nos anos anteriores.

Os custos operacionais cresceram apenas 3%, em oposição aos proveitos operacionais, que tiveram um aumento de 13%, destacando-se o crescimento de 24% na prestação de serviços de assistência. Estes valores originaram um resultado operacional positivo na ordem dos 50 mil euros. A taxa de cobertura das despesas pelas receitas do conjunto dos postos clínicos passou de 90% para 106%, tendo, todos eles, melhorado os seus resultados, com destaque para Coimbra e Viseu. Em sentido inverso, os resultados da Loja de Óptica desceram de 18.341 euros para 13.096, no essencial devido a regularização de stocks.

Apresentada à votação, a proposta foi aprovada, com 42 a favor e três abstenções.

Aprovada proposta de revisão parcial dos Estatutos

No ponto 3, para análise, discussão e votação da proposta de revisão parcial dos Estatutos do SBC, apresentado pela Direcção e decorrente da apreciação fundamentada, efectuada pela DGERT do Ministério do Trabalho, sobre a legalidade da última alteração dos Estatutos efectuada pelo SBC e aprovada pelo Conselho Geral de 11 de Setembro de 2009, Carlos Silva interveio para apresentar a proposta e justificar a necessidade das alterações propostas, com a desconformidade dos actuais Estatutos e reafirmando ser uma imposição do Ministério do Trabalho, para que os Estatutos das associações sindicais estejam em conformidade com o estabelecido no Código do Trabalho.

Apresentada à discussão e votação na generalidade, a proposta foi aprovada por unanimidade, o que também aconteceu na votação artigo a artigo. ■

UGT Guarda vai dar mais capacidade de reivindicação aos trabalhadores



Com a realização do seu Congresso Fundador, aprovação de Estatutos e do programa de acção e tomada de posse dos órgãos eleitos, está formalmente constituída a UGT Guarda, numa aposta de descentralização da estrutura sindical, que procura assim estar mais próxima dos trabalhadores

Aníbal Ribeiro, eleito presidente da nova União distrital da UGT, anunciou as bases de trabalho com que procurará defender os interesses dos trabalhadores no distrito e prometeu lutar por "postos de emprego estáveis", reafirmando a importância em "reforçar a representatividade sindical" dos trabalhadores e sublinhando que, a partir de agora, os trabalhadores podem filiar-se directamente na UGT Guarda. Referiu ainda a importância de "cooperar com o Governo Civil e com as diversas autarquias,

com vista à resolução de dificuldades de algumas empresas e à defesa dos postos de trabalho e garantia de empregos estáveis" como objectivos da UGT Guarda.

João Proença, Secretário-Geral da UGT, prometeu reunir três vezes por ano com a UGT Guarda, para que se avaliem melhor os problemas do distrito e defender os trabalhadores, face às dificuldades de emprego, na negociação colectiva, na administração pública, no sector empresarial do Estado e nas empresas privadas. Para João Proença,

"a política de congelamento de salários vai contra a promoção de mais emprego", considerando que "para crescer não é apenas necessário exportar. As empresas precisam vender mais no nosso mercado, e isso faz-se com aumento dos salários", tendo admitido mesmo que "a crise é mais profunda quando estamos num distrito fronteiriço como a Guarda", referindo, a propósito, a questão da Delphi, dizendo que o Governo e as entidades locais devem "criar alternativas de emprego" para quem fica sem ele. ■

Comemorações dos 75 anos do SBC no distrito da Guarda

As comemorações dos 75 Anos do SBC centram-se, no actual trimestre, na cidade da Guarda, com realce para as acções marcadas para a terceira semana de Maio.

Assim, no dia 17, depois da reunião semanal da Direcção, que desta vez terá lugar naquela cidade, iniciar-se-ão as visitas de aproximação sindical a todos os bairros do distrito e abrirá ao público, no Átrio da entrada principal da Câmara Municipal a exposição itinerante, "O 25 de Abril e a Liberdade Sindical".

Com a exposição, cujo objectivo é estimular a reflexão sobre temas como a liberdade e o sindicalismo, ao qual estará sempre associada a noção de defesa com justiça dos trabalhadores, que se unem a partir da constatação de problemas e necessidades comuns, pretende mostrar-se iconograficamente o encontro com a Liberdade, designadamente a sindical, e nela poderá ver-se o "percurso de evolução, desde a censura ao ideário libertário,



o processo de implantação da Democracia e os principais contextos e transformações a que esteve associado".

O encerramento simbólico das actividades no distrito, acontecerá dia 21, com o termo da exposição e um jantar/convívio com animação cultural, onde o Presidente da Direcção e o Presidente da Comissão das Comemorações prestarão homenagem aos bancários e um tributo ao 25 de Abril, em local que será dado a conhecer aos associados, logo que confirmado.

Apela-se à participação dos bancários, que, desde já, ficam convidados a associarem-se a estas comemorações, das quais constarão ainda, entre outros eventos, uma exposição de artes plásticas de colegas naturais ou com domicílio no distrito, onde serão mostrados os seus atributos.

No decurso do jantar/convívio, que terá uma ementa recheada da boa gastronomia da região, haverá animação musical e serão feitas projecções de acontecimentos referentes à vida do nosso Sindicato e ao 25 de Abril. ■



Texto: João Antunes

Urge alargar rede de delegados sindicais



Reuniu no passado dia 28 a Estrutura Sindical, composta por membros da Direcção ligados ao Pelouro da Sindicalização, representantes dos Secretariados, dos Secretariados de Empresa e Delegados Sindicais do BES, a fim de analisarem e discutirem a actual situação, quer sob o ponto de vista genérico, quer quanto à situação específica do BES, onde acaba de ser criado um Secretariado Sindical de Empresa ligado ao Sindicato dos Quadros Técnicos Bancários.

Carlos Silva manifestou o reconhecimento da Direcção pelo trabalho levado a efeito pela Estrutura Sindical no seu todo e um carinho especial pelos esforços desenvolvidos na CGD, com frutos real-

mente evidentes, pedindo um esforço suplementar para que se tente conseguir o maior número de Delegados Sindicais no BES e na restante Banca, já que estes são o elo de ligação entre os balcões e as estruturas. Recordaram-se os tempos em que quase todos os balcões tinham um ou dois Delegados, o que hoje não acontece e se tem afigurado de difícil consecução entre as camadas mais jovens.

Referiu-se depois a situação que está a ocorrer no BES, com o Sindicato dos Quadros a dispor de um elemento a tempo inteiro, oferecendo uma política de serviços como uma qualquer companhia de seguros de saúde, e sem qualquer preocupação quanto ao aspecto laboral e eminentemente sindical, como se viu recentemente nas lutas travadas no BCP, no BPN ou nas negociações com o Banif e com o BIC, entre outras. Esse sindicato, chamado dos Quadros, não tem qualquer posição activa, a não ser um combate feroz e anti-sindical aos restantes sindicatos, que se posicionam no sector há mais de 75 anos, sempre na defesa da classe. Lamentavelmente esquecem que, por razões oportunistas e economicistas, expulsaram 17 associados daquele sindi-

cato em virtude dos gastos com hemodiálise ultrapassarem o "plafond" imputado individualmente, tal como nas companhias de seguros americanas. Esquecem também que venderam aos Bancos a eventual integração dos bancários na Segurança Social, deixando cair a majoração prevista no ACT do sector bancário.

Destas traições não falam, quando abordam os bancários nos seus locais de trabalho, esquecendo que um Sindicato não se destina, em exclusivo, a oferecer óculos, lentes e ortodôncia.

Desta reunião saiu a firme determinação de toda a estrutura sindical em combater, com todas as armas sindicais e legais ao seu alcance, a demagogia com que alguns se servem dos bancários para apregoar a comercialização da Saúde, como se esse fosse o papel fundamental de um sindicato.

Iremos reforçar as acções junto dos trabalhadores do BES e da restante Banca, no sentido de contra-argumentar as posições dos "vendedores" daquele sindicato, consciencializando os Colegas dos valores e princípios, materiais e solidários, que os verdadeiros sindicatos como o SBC pugnam e defendem. ■

Visita ao Museu Militar do Buçaco

Texto: Carlos Bicho

O Museu Militar do Buçaco foi inaugurado em 1910, pouco antes da implantação da República, por ocasião do primeiro centenário da Batalha do Buçaco, e nele podem ser vistas preciosas colecções de armas, uniformes, equipamentos utilizados na batalha e pinturas que descrevem este acontecimento da Guerra Peninsular. Por isso, o Museu do Buçaco foi visitado, numa iniciativa do Secretariado Regional de Coimbra, com o apoio do Departamento de Tempos Livres, pelos mais de quarenta participantes com o maior interesse, em 17 de Abril.

No coração da Bairrada, conhecida em todo o País pela sua rica gastronomia, com o leitão assado e os espumantes a ocuparem lugares cimeiros, não podiam estes pitéus ficar à margem de tão agradável visita, pelo que, no final, os participantes deslocaram-se até à Anadia, para nova visita, desta vez à Adega e Quinta do Ortigão.



Produzindo uvas de qualidade desde meados do século passado, esta Quinta faz o seu próprio vinho, desde o princípio desta década, numa adega com todos os equipamentos e as caves de estágio necessários para produzir vinhos brancos, tintos e espumantes.

Após a tradicional prova de vinhos, foi servido o almoço, com o leitão a apresentar uma crosta estaladiça so-

bre carne branca e picante, que apelava a uma bebida bem fresca para "limpar" e refrescar a boca e, aí, os excelentes vinhos da casa "ajudaram à festa". Não faltaram as costumadas sobremesas e digestivos, também produto da Quinta, comentando-se, no regresso a casa, o quão agradável havia sido o passeio, as visitas, o convívio e, naturalmente, o repasto. ■



Pelo direito à indignação os Sindicatos reagem à prepotência da APS

O direito à indignação é legítimo e é correcto materializá-lo através do cumprimento do CCT de Seguros e da Legislação do Trabalho.

No contexto do maior atentado, dos últimos 15 anos, perpetrado à negociação colectiva no seio da Actividade Seguradora pela APS, entenderam os Sindicatos, continuar a agir na defesa da actualização da Tabela Salarial para o corrente ano e ao cumprimento do CCT.

Assim, uma das prerrogativas legais que lhes assiste é alertar as entidades competentes para o incumprimento sistemático dos horários de trabalho, consagrados no nosso CCT, bem como para a ilicitude dos motivos dos contratos de trabalho temporários e a termo, entre outras.

A este propósito, solicitaram os Sindicatos acções inspectivas à ACT – Autoridade Para as Condições de Trabalho – a dezenas de empresas e locais de trabalho, quer nos grandes centros, quer na província. ■



REGISTADA C/AR

A

ACT – Autoridade Para as Condições de Trabalho

Exmo. Senhor

INSPECTOR-GERAL DO TRABALHO

Av. Casal Ribeiro, 18-A

1000-092 LISBOA

Lisboa, 22 de Abril de 2010

Exmo. Senhor,

Assunto: **PEDIDO DE ACCÕES INSPECTIVAS VÁRIAS A EMPRESAS DE SEGUROS**

Aceite os nossos melhores cumprimentos.

Vêm os Sindicatos, signatários do Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade das Empresas de Seguros, republicado integralmente no Boletim do Trabalho e Emprego, nº. 32, de 29/8/2008, solicitar a V. Exa., com carácter de urgência, acções inspectivas aos locais das seguintes empresas de seguros, constantes dos documentos designados por anexos A e B.

Este seu pedido fundamenta-se no sucessivo prolongamento diário da jornada de trabalho dos Trabalhadores a laborar nestes locais, sem auferirem as correspondentes contrapartidas legais de pagamento de horas extraordinárias, assim como na ilicitude dos motivos dos contratos Temporários e a Termo que se praticam na generalidade das Seguradoras e, ainda, na contratação, através de contratos de outsourcing, de trabalhadores que exercem funções consignadas contratualmente e que, pela sua natureza, têm carácter intemporalmente datado.

Gratos pela boa atenção dispensada.

Reiteramos os nossos melhores cumprimentos,

AS DIRECÇÕES DOS SINDICATOS

STAS:

SINAPSA:

SISEP:

STAS
Largo Intendente Pina Manique, 35 – 1º.
1149-058 LISBOA

SINAPSA
Rua do Breiner, 259-1º.
4050-126 PORTO

SISEP
Rua do Conde Redondo, 74-3º.
1150-109 LISBOA

Até sempre Henrique!



Mais um dos nossos que partiu.

O Henrique Coelho faleceu no dia 2 de Maio.

Activista sindical ao longo de muitos anos, foi um dos que ajudou a fundar a UGT, fazendo parte do Secretariado durante vários mandatos.

No STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Seguradora, desempenhou funções na Comissão Directiva, desde 1976 até às primeiras eleições, ocorridas em Congresso, em 1980. A partir daí e até 1999, fez sempre parte do elenco da Direcção.

De empatia fácil com os camaradas e companheiros, nacionais e estrangeiros, que privaram com ele, granjeou muitas simpatias e amizades que lhe prestaram a última homenagem num sentido adeus.

O funeral realizou-se no passado dia 3 e nele compareceram muitos sindicalistas e amigos, bem como João Proença, Secretário-Geral da UGT, e Helena André, actual Ministro do Trabalho e que com ele trabalhou nos primeiros tempos da Central.

Jovens Seguros com programas de excelência para a ocupação dos tempos livres

Texto: RICARDO MARQUES



A Jovens Seguros – Associação para o Desenvolvimento Ocupacional – não tem fins lucrativos e foi criada em 27 de Novembro de 2001, tendo sido reconhecida pelo Instituto Português da Juventude, com o alvará de licenciamento n.º 357/2007

A Associação tem vindo a promover e desenvolver actividades de ocupação de tempos livres, com especial destaque para a organização de campos de férias, formação de jovens, actividades de exploração da natureza e "team buildings".

Encontram-se, entre os seus associados e parceiros, as principais entidades seguradoras, instituições bancárias, autarquias, colégios e sindicatos, assim como associações dos mais variados quadrantes, que compreendem a importância da existência duma organização vocacionada para os fins propostos pela Jovens Seguros.

Ao longo destes bem preenchidos nove anos de existência, a Jovens Seguros tornou-se na maior entidade organizadora de campos de férias, no panorama nacional. A título exemplificativo, no verão de 2009, organizaram os habituais campos de férias Jovens Seguros, bem como os campos de férias do Colégio Maristas de Carcavelos, da Fundação Inatel, da Câmara Municipal de Ansião, do Externato "O Moinho", da FAPLX (Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Lisboa), entre muitas outras entidades que depositaram a sua

confiança nestes programas e métodos de trabalho.

Este crescimento não seria possível se o mesmo não se encontrasse intrinsecamente ligado à elevada qualidade e profissionalismo que tem caracterizado os colaboradores que trabalham nas diferentes iniciativas da Associação.

Só colaboram activamente com a Associação, monitores/animadores que tenham feito a formação de 85 horas em regime de internato. Este curso de formação encontra-se construído numa premissa de prática simulada, visando aproximar o mais possível os formandos das realidades que vão encontrar nas diferentes funções que irão desempenhar. O curso encontra-se dividido nas seguintes vertentes: direitos e obrigações dos monitores/animadores; animação cultural; socorrismo; relacionamento inter-pessoal; organização e funcionamento de campos de férias; e exploração da natureza.

A procura deste tipo de formação tem crescido exponencialmente, pelo que vai ser realizado, já no próximo mês, o 2.º curso deste ano.

Aproxima-se portanto, mais um Verão cheio de aventuras e desafios aliciante para a Jovens Seguros, sendo por certo um desses desafios, encontrar-se à altura de corresponder às expectativas e exigências dos associados da Febase.

A Jovens Seguros é uma opção válida e credível para fugir ao sedentarismo da vida contemporânea. Certamente vão-se encontrar nesta programação as actividades certas para os filhos, restante família ou empresa.

Toda a oferta de actividades pode ser consultada em www.jovensseguros.com ■

Este crescimento não seria possível se o mesmo não se encontrasse intrinsecamente ligado à elevada qualidade e profissionalismo que tem caracterizado os colaboradores que trabalham nas diferentes iniciativas da Associação



2º CURSO MONITORES 2010

A realizar nos dias 31 de Maio, 1 e 2 de Junho em Lisboa (em horário pós-laboral) e dia 3, 4, 5 e 6 de Junho em Proença-a-Nova (em regime internato).

PARA JOVENS COM IDADE MÍNIMA DE 17 ANOS

- ANIMAÇÃO CULTURAL - 24H
- SOCORRISMO - 12H
- EXPLORAÇÃO DA NATUREZA - 8H
- RELACIONAMENTO INTERPESSOAL ENTRE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ADULTOS - 4H
- ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE FÉRIAS - 10H
- DIREITO - 4H

O custo do curso é de 200 euros podendo ser pago em duas vezes, estando incluído os transportes, refeições, aulas e seguros.

O aproveitamento assegurará ainda a participação renumerada dos formandos num dos turnos dos campos de férias a realizar pela JOVENS SEGUROS no Verão de 2010.

WWW.JOVENSSEGUROS.COM / Linha Grátis: 800 205 179 / geral@jovensseguros.com

Campo de FÉRIAS FECHADO 2010

Idade limite: 17 anos (Inclusivé)

- 1º turno: 3 de Julho a 17 de Julho
- 2º turno: 17 de Julho a 31 de Julho
- 3º turno: 31 de Julho a 14 de Agosto
- 4º turno: 14 de Agosto a 28 de Agosto
- 5º turno: 28 de Agosto a 11 de Setembro

425 euros para sócio e colaborador de empresa associada
525 euros para outros
 (contacte-nos para mais informações sobre descontos e condições de pagamento)

- Transporte de Lisboa, Porto ou Coimbra para Proença-a-Nova e regresso;
- 14 noites com estadia em regime de pensão completa (Alojamento e 6 refeições por dia);
- Praia, Caminhadas, Slide, Rappel, BTT/Ciclismo, Canoagem, Paint-Ball e outras actividades.

Mais Informações em:
www.jovensseguros.com/geral@jovensseguros.com/ Linha grátis: 800 205 179

Inquérito aos sócios

Assédio moral na Banca - realidade ou ficção?

Entende-se por assédio moral no local de trabalho o conjunto de comportamentos hostis e agressivos, de carácter persistente e duradouro no tempo, incluindo assediar, humilhar, ofender ou excluir um ou mais indivíduos, afectando negativamente o seu desempenho profissional ou criando um ambiente de trabalho hostil

Texto: PAULA VISEU

Este processo pode assumir a forma de um conflito em escala, no decorrer do qual uma das partes tem, ou adquire, incapacidade de se defender com sucesso das condutas negativas de que é alvo, e fica numa posição relativamente indefesa.

O IV inquérito europeu sobre condições de trabalho, realizado em 2007, numa amostra de 30 mil trabalhadores europeus, refere que um em cada 20 trabalhadores (5%) foi alvo de violência no local de trabalho, quer por parte de colegas quer exercido por pessoas exteriores à organização. Essa violência traduz-se em assédio moral – "mobbing ou bullying" – ou violência psicológica. Por último, o nível de incidência de assédio sexual ronda os 2%, embora afecte três vezes mais mulheres do que homens.

Em Portugal, a investigação já realizada sobre este fenómeno organizacional é escassa, tendo sido realizados, no entanto, alguns estudos. O interesse sobre este tema tem vindo a crescer, devido à atenção que lhe tem sido conferida pela comunicação social e, também, devido a algumas iniciativas de cariz académico. Adicionalmente, é um tema que está entre as prioridades definidas pela Comissão Europeia, no sentido da promoção da qualidade de vida no trabalho.

O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas propõe-se contribuir para o aumento do conhecimento sobre o assédio moral no local de trabalho devido,



nomeadamente, às consequências que pode trazer para os indivíduos que dele são alvo, tanto a nível físico como psíquico (ansiedade generalizada, stresse excessivo, depressão, insónias, problemas cardio-vasculares, entre outros) como ainda em termos organizacionais, sendo uma manifestação de insatisfação, desmotivação e quebras de produtividade laboral.

Chama-se, assim, a atenção de todos os associados para um questionário

que está já disponível em www.sbsi.pt e no qual contamos com a maior participação possível. Para tal, basta imprimir, preencher e devolver por e-mail (gram@sbsi.pt), por correio, para a sede do SBSI, ou ali entregue pessoalmente.

Este questionário constitui um instrumento fundamental, como contributo para melhor definir os contornos desta realidade e aprofundar o conhecimento existente. A participação é voluntária e confidencial. ■

Futsal

Uniteam e Team Foot na final

Texto: RUI SANTOS

A 34.ª edição do torneio nacional interbancário de futsal está a chegar ao fim, no que respeita à zona do Sul e Ilhas. As meias-finais decorreram com emoção mas sem surpresas e duas equipas bem credenciadas garantiram o lugar na final bem como na "final four" nacional

Os jogos das meias-finais tiveram lugar em 24 de Abril, no pavilhão dos Serviços Sociais da CGD, em Lisboa, e o primeiro dos dois jogos da ronda não poderia ser mais emocionante, com incerteza no marcador até ao final do prolongamento.

Frente a frente as equipas do Uniteam e do BPI, com o favoritismo teórico a pender para os primeiros, tendo em conta o seu historial nas anteriores edições da prova e o alto rendimento demonstrado ao longo da época. Mas foram os homens do BPI que marcaram primeiro, logo aos 20 segundos de jogo, com o Uniteam a equilibrar o marcador

aos 5 minutos. Daí até ao intervalo, sempre o BPI se adiantou e sempre o Uniteam igualou, com 3-3 ao descanso.

O segundo tempo não foi diferente: o BPI voltou a adiantar-se aos 50 segundos, com o Uniteam a igualar apenas no minuto 12. E passou para a frente meio minuto depois, chegou a estar a ganhar por 6-4 mas a equipa do BPI apelou às suas últimas forças e, nos últimos quatro minutos, ainda chegou ao empate, obrigando ao prolongamento regulamentar. Desse esforço se aproveitou o Uniteam para fazer mais dois golos sem resposta e garantir o lugar na final, ao cabo de um jogo que não devia ter tido

vencedor e vencido, tendo em conta a forma como as duas equipas se bateram pelo triunfo.

O segundo jogo, entre o Team Foot e o Red Team, foi bem diferente. É verdade que os primeiros só abriram o activo ao minuto 12 e, com esse resultado, chegaram ao intervalo, mas depois embalaram para um triunfo folgado, por 5-1, com Rogério Gomes a ser determinante, ao fazer dois golos de rajada, no início do segundo tempo.

A final, entre o Uniteam e o Team Foot, teve lugar no passado Sábado, dia 9, em Cuba, numa altura em que decorria o fecho desta edição, pelo que a ela nos referiremos na próxima edição de "O Bancário".

A "final four" nacional, na qual irão participar os campeões do Norte e do Centro, bem como os dois finalistas do Sul e Ilhas, está agendada para o primeiro fim-de-semana de Junho, em Évora. ■

Squash

José Nunes ganha quarta prova

Texto: RUI SANTOS

O quarto circuito interbancário de squash continua a decorrer e José Nunes venceu a quarta prova, ousando destronar José Fernandes, seu colega no BCP, que tinha ganho as três provas anteriores e que continua a liderar a competição, à entrada para a última prova, a realizar no próximo fim-de-semana



José Fernandes tinha ganho as duas primeiras provas e repetiu o triunfo na terceira, realizada em 27 de Março, também na Quinta da Marinha, em Cascais. E só na quarta, que teve lugar em 24 de Abril, no mesmo local, cedeu o primeiro lugar para José Nunes, um inesperado vencedor, já que não figura entre os dez primeiros da classificação.

Colectivamente, é o BCP que domina, ocupando os seis primeiros lugares na classificação individual e os três primeiros da classificação colectiva, como a seguir se pode constatar.

Classificações

3.ª prova – 1.º José Fernandes (BCP); 2.º Paulo Freire (BCP); 3.º Francisco Madureira (BCP); 4.º Miguel Estiveira (BCP); 5.º André Noronha (CGD); 6.º Pedro Pereira (BCP); 7.º Hugo Silva (Banif); 8.º Paulo Pardana (Banif); 9.º José Rebelo (BCP); 10.º Paulo Kellen (BCP).

4.ª prova – 1.º José Nunes (BCP); 2.º Francisco Madureira (BCP); 3.º Paulo Freire (BCP); 4.º José Fernandes (BCP); 5.º Hélder Barbosa (CGD); 6.º Luís Valente (BCP); 7.º André Noronha (CGD);

8.º Pedro Pereira (BCP); 9.º Miguel Estiveira (BCP); 10.º José Rebelo (BCP).

Geral (após a quarta prova) – 1.º José Fernandes (BCP), 385 pontos; 2.º Francisco Madureira (BCP), 350; 3.º Paulo Freire (BCP), 340; 4.º Miguel Estiveira (BCP), 320; 5.º Luís Valente (BCP), 265; 6.º Pedro Pereira (BCP), 265; 7.º Hélder Barbosa (CGD), 240; 8.º André Noronha (CGD), 235; 9.º Hugo Silva (Banif), 235; 10.º José Rebelo (BCP), 230.

Equipas – 1.ª BCP 1 (J. Fernandes e M. Estiveira), 705 pontos; 2.ª BCP 2 (J. Rebelo e F. Madureira), 580; 3.ª BCP 4 (P. Kellen e P. Freire), 530; 4.ª CGD (H. Barbosa e A. Noronha), 475; 5.ª BCP 5 (J. Nunes e L. Valente), 410.

Estão a participar 21 praticantes da modalidade, incluindo uma senhora – Cristina Eira, da SIBS – que conseguiu um nono lugar na primeira prova. Este número de participantes ultrapassa o de anos anteriores e todos eles já se preparam para a quinta prova, que funciona como final do Sul e Ilhas e que está marcada para 15 e 16 de Maio, na Praia da Rocha. ■

Homenagem ao Dr. Santos Costa



O Dr. Santos Costa, até agora responsável pelos serviços de Anestesiologia do Hospital dos SAMS, atingiu a idade de reforma e, por isso, foi alvo de uma justificada homenagem, por parte de colegas e amigos, a que se associou a Direcção do SBSI, com a presença do seu Presidente, Delmiro Carreira, e também de Rui Riso, António Gouveia e Cruz Coelho, do Conselho de Gerência dos SAMS.

O jantar de homenagem teve lugar no passado dia 23, no restaurante da Ordem dos Médicos, e nele compareceram mais de 200 pessoas.

Recorde-se que o Dr. Santos Costa está associado ao projecto do Hospital dos SAMS, tendo colaborado activamente desde o seu início na sua concepção, organização e implementação, fazendo parte de uma equipa dirigida pelo Dr. António Galhordas, na vertente clínica.

O Presidente da Direcção, convidado a usar da palavra, realçou o forte empenhamento do homenageado no projecto de um Hospital que, não sendo público, sempre se afirmou como pretendendo ser mais que uma mera clínica, ou seja, "um hospital onde os médicos estão e os doentes passam", contrariando o que então era praticado.

Secretariados dos Açores reuniram com a Direcção

Como regularmente acontece, voltou a realizar-se uma reunião conjunta dos Secretariados das Secções Regionais dos Açores, que contou com a presença de Teresa Seabra, responsável pela ligação entre a Direcção e aquelas estruturas regionais, e Cruz Coelho, do Conselho de Gerência dos SAMS

Texto: Rui Santos

A reunião teve lugar em 26 e 27 de Abril, nas instalações do SBSI em Ponta Delgada, e nela participaram também Adelino Silva, Sérgio Aguiar e José Reis Mendes, de Angra do Heroísmo, António Bettencourt, da Horta, e Filipe Cordeiro, Jorge Meireiros e Afonso Quental, de Ponta Delgada.

O primeiro tema a ser discutido relacionava-se com a organização do 13.º encontro de delegados sindicais dos Açores. E, desde logo, ficou assente que deverá ter lugar no primeiro fim-de-semana de Outubro, com ordem de trabalhos a fixar mas com a valorização da importância do delegado sindical como prioridade.

Teresa Seabra, de seguida, deu conta do decurso das negociações para a revisão da tabela salarial e da intransigência do Grupo Negociador da Banca, tendo sido evidente o desagrado geral quanto aos valores apresentados pela parte patronal, com os Secretariados a anunciarem ir apresentar uma moção à Direcção, sobre o tema.

Também foi abordado o recente comunicado sindical, de denúncia sobre as decisões do BCP, lesivas dos direitos dos trabalhadores, e referido que a sua distribuição aos trabalhadores teve grande impacto.

Sobre a campanha de sindicalização em curso, os Secretariados referiram que visitam regularmente os balcões e que só têm conhecimento de admissões nessas deslocações e pela acção desenvolvida pelo delegado sindical da respectiva agência. E também referiram que o relatório de actividades não reflectia o que de mais importante foi a acção dos seus Secretariados em 2009.

Também foi abordada a acção da Inspeção de Trabalho nos Açores, que está a visitar os balcões, em consequência de denúncias feitas na Assembleia Regional. E, sobre acções de formação, foi solicitada a realização de três novos cursos.

A reunião terminou com a discussão de temas importantes da actividade dos SAMS e dos tempos livres, tendo sido feita a inventariação das actividades desenvolvidas e a desenvolver. ■

GRAM

Novas doenças profissionais

Com o actual ritmo de vida, são cada vez mais constantes as doenças do foro psicológico – depressões, stresse, esgotamentos – causadas por problemas existentes no meio laboral



Os trabalhadores estão sujeitos a toda uma série de pressões e são, muitas vezes, assediados moralmente e até sexualmente, tendo que recorrer, nalguns casos, a intervenção medicamentosa.

Segundo responsáveis da ACT, "os trabalhadores em estado de stresse estão mais sujeitos a acidentes de trabalho que os restantes".

O aumento das doenças psicossociais é, por isso, um dos alertas da ACT para o dia Nacional de Prevenção e Seguran-

ça no Trabalho, que se celebrou no passado dia 28 de Abril.

Perante o lema "protege-te também contra o que não vês", aprez-nos verificar que há cada vez mais denúncias destas situações. ■

São estas novas doenças, "não visíveis", que mais devem preocupar os responsáveis das empresas, e levá-los a adotar políticas de prevenção, para evitar que tais problemas surjam e se propaguem entre os seus trabalhadores. ■

"Festa da Primavera" em Vagos



O SBN promoveu, no passado dia 24 de Abril, em Vagos, a festa da Primavera, com uma visita à Curia e Quinta do Encontro, em Anadia.

Estiveram presentes muitos sócios e familiares de toda a área geográfica do SBN, a quem foi servido um almoço, animado com música ao vivo, tendo o dia de festa terminado com um lanche para todos os participantes.

Grupo Desportivo do BST realiza convívio anual

O Grupo Desportivo Santander Totta volta a organizar o seu convívio anual que, desta vez, terá lugar em Portimão, entre 21 e 23 de Maio.

Este convívio anual está aberto a todos os colaboradores do Banco e associados do Grupo Desportivo e, para além da vertente social que envolve, pretende ser a montra das suas actividades culturais, desportivas e de lazer, para o qual conta com a colaboração de várias entidades locais.

Do programa constam, nomeadamente, a visita a Lagos e Sagres, o passeio pedestre à descoberta de Portimão, um "tour" pelo Barlavento algarvio e um passeio de barco às grutas de Carvoeiro, para além de um "jeep safari" e a visita ao Zoomarine.

Na vertente desportiva, estão programados concursos de pesca de alto mar e de pesca de costa, bem como torneios de ténis, futsal, karting, ténis de mesa, setas, snooker, xadrez, uma prova de "peddy paper" e jogos de andebol, basquetebol e futebol, entre as equipas do Grupo Desportivo e do Portimonense e, ainda, um grande prémio de atletismo, também aberto a populares.

A sessão de encerramento está marcada para as 13 horas do dia 23, no Zoomarine, nela decorrendo a cerimónia de entrega de prémios aos vencedores das provas desportivas.



Cultura

Exposição fotográfica "Imagens e um tema"

O Núcleo de Fotografia realiza na Galeria do SBN, na Rua Conde de Vizela, 145, Porto, uma exposição que intitula "Imagens e um tema", e que tem, em cada mês, a autoria de um dos componentes do grupo.

A mostra de Junho, da autoria de António Eurico Morais, é subordinada ao tema "Vida marinha" e poderá ser visitada de 2 de Junho a 7 de Julho, todas as Quartas e Quintas-feiras, das 15 às 17,30 horas. ■





Põe-te a andar, pela tua saúde...

Caminhada pelas serras de Valongo



Com a participação de três dezenas de sócios do SBN e familiares, guiada por Cristina Madureira, técnica do Ambiente da Câmara Municipal de Valongo, e com o apoio de Francisco Barros (BST), o nosso colaborador das actividades de ar livre, aventura e radicais, a 4.ª caminhada, subordinada ao tema genérico, "põe-te a andar, pela tua saúde...", teve lugar em 17 de Abril.

Com uma manhã a ameaçar chuva mas com a temperatura propícia à prática da modalidade, os caminheiros partiram junto às capelas de Santa Jus-

ta, onde teve início esta prova de contacto com a natureza e de exercício físico, cujo percurso, com um grau de dificuldade moderado, decorreu por caminhos florestais e rurais, numa extensão de quatro quilómetros, pela cumeeira da serra.

Os caminheiros tiveram oportunidade de observar, para além do vale do Rio Ferreira, Gondomar, Porto, Gaia, Matosinhos e o mar, seguindo até próximo da aldeia de Couce e descendo até meio da encosta, onde iniciaram o percurso inverso, até ao ponto de partida.

Esta iniciativa, além da vertente que visa promover o desporto e a saúde, teve, também, uma componente social, pelo



coordenador do pelouro do desporto do SBN, José António Gonçalves – a Albino Poças, o provedor da Santa Casa da Misericórdia local, que os encaminhou para o centro de acolhimento temporário de crianças em risco "Mãe d'água".



que todos os presentes pagaram a inscrição em géneros alimentícios não perecíveis, que foram entregues no local da partida – na presença de Sónia Macedo, da Divisão de Acção Social da Câmara Municipal de Valongo e do



Salamonde, Vieira do Minho

A 5.ª caminhada realizar-se-á no dia 22, em Salamonde, Vieira do Minho, e decorrerá sob o lema "História e natureza". ■

Sábado radical em "canyoning"



Em 10 de Julho, vai realizar-se, em Melgaço, um "Sábado radical", com uma prova de iniciação ao canyoning, no rio Laboreiro, para um mínimo de dez e um máximo de trinta associados e acompanhantes.

O canyoning consiste na descida de rios e riachos, com pequeno caudal, e é feito nas zonas em que existam mais gargantas (canyons) ou desfiladeiros, sem recurso a qualquer tipo de embarcação e recorrendo a técnicas próprias do alpinismo.

Esta iniciativa comporta a deslocação em autocarro (Porto-Melgaço-Porto), a actividade desportiva, almoço, visita ao casco histórico de Melgaço e prova de vinhos no Solar do Alvarinho. ■

Pesca de mar

Campeonato regional Norte já começou

A primeira prova do 31.º campeonato regional interbancário de pesca de mar realizou-se na praia de Angeiras, em Matosinhos, com a presença de 39 dos 46 representantes de vários Bancos e Grupos Desportivos.

Esta jornada de pesca e de convívio decorreu entre as 9 e as 14 horas, num clima ameno e favorável para a prática da modalidade.

Saliente-se a boa pescaria de Hélder Monteiro (BCP-A), com 5,934 kg., e que, com este registo, foi o primeiro classificado desta prova. Seguiram-se-lhe Manuel Costa Oliveira (BCP-B) e Augusto Vieira (BCP).

A segunda prova teve lugar na praia da Aguçadoura, na Póvoa de Varzim, tendo respondido à chamada 35 pescadores, para uma competição que durou cinco horas. O peixe, desta vez, não correspondeu como se esperava, já que o tempo se mantinha bom para a pesca.

A sorte beneficiou, desta vez, Manuel Alves, do BCP-A, que capturou peixe com o peso total de 2,996 kg. Seguiram-se-lhe José Araújo (BCP-B) e Xavier Ferreira.

A terceira prova teve lugar no passado dia 8, em Vila Praia de Âncora. ■

Pesca de alto mar

Vitória colectiva do BES

No passado dia 21 de Abril decorreu ao largo de Matosinhos, com a presença dos oito finalistas, de um total de 23 que iniciaram a prova, a última competição do campeonato regional da modalidade.

A concentração teve lugar na marina de Matosinhos, de onde se partiu para mais uma jornada de pesca desportiva e de convívio que, com a ajuda de São Pedro, decorreu num clima ameno, com muito sol e pouca ondulação.

Fernando Igreja (MBCP) que venceu todas as provas, sagrou-se campeão regional. Seguiram-se-lhe Virgílio Dias e Joaquim Pinto do BES; Domingos Correia, do MBCP, Alberico Alves e Manuel de Oliveira, do BES, que, com o campeão, fizeram parte da equipa que representou o SBN na final nacional, desenrolada em Peniche (notícia tratada noutra local desta revista), onde Fernando Igreja não deixou os seus créditos por mãos alheias e conquistou o título de campeão nacional.

A equipa do BES sagrou-se campeã regional. ■

Campeonato de king com 28 presenças



O terceiro campeonato regional de king decorre nas instalações do SBN, no Porto, com a presença de 28 jogadores, em representação de vários Bancos, tendo a segunda jornada decorrido em 17 de Abril.

Ao fim das duas provas já realizadas, o primeiro lugar pertence a José Joaquim Oliveira, do BES, com 1415 pontos.

A 3.ª jornada terá lugar no próximo Sábado, dia 15, no mesmo local. ■

Futsal – fase final já decorre

Com o apuramento do Desportivo BPI e do Finiclube (Finibanco), que se juntam, assim, aos já apurados United Colors of Banca (BPN) e Ventus Popularitas (Banco Popular), terminou a 1.ª fase do 34.º torneio regional interbancário de futsal, que decorreu entre 13 de Fevereiro e 17 de Abril, no pavilhão municipal de Gaia.

As quatro primeiras equipas apuradas na 1.ª fase estão já a disputar a fase final, a eliminar, para apuramento do campeão regional, que representará o SBN na final nacional, a realizar em Évora, nos dias 5 e 6 de Junho. ■

Textos: FIRMINO MARQUES

Karting em Baltar



Diogo Gerales, José Fernandes e José Vasconcelos

A segunda prova do 12.º campeonato regional de karting, que decorreu em 3 de Abril, em Baltar, registou a segunda vitória de Diogo Gerales, do BST da Constituição/Porto.

Após a realização desta segunda prova, Diogo Gerales ocupa, pois, o primeiro lugar da classificação, seguido de José Fernandes, do Crédito Agrícola de Rio Caldo/Vila Verde, e José Vasconcelos, do BES de Espinho.

A 3.ª prova decorreu no dia 8, no kartódromo de Fafe. E a final nacional terá lugar no próximo dia 2 de Outubro, em Baltar. ■

Tiro aos pratos



Da esquerda para a direita: Mário Tavares e Luís Ribeiro, ambos do Banif, Huet Bacelar (BCP), José Coelho (BCP) António Brandão (BST) e Lopes Câmara (CGD)

Boa pontaria na primeira prova do campeonato regional

O torneio regional de tiro aos pratos, na variante de fosso universal, em duas pranchadas de 25 pratos, teve início em 24 de Abril, no Clube de Tiro de São Pedro de Rates, com a presença de seis dos oito atiradores inscritos.

Jorge Lopes da Câmara, da CGD de Vizela, saiu vencedor, com 42 pratos partidos em 50.

A segunda prova realizar-se-á no próximo dia 22, no campo de tiro do Clube de Caça e Pesca de Ovar, onde, no dia 26 de Junho, terá lugar a final nacional.



• Ensino Presencial a Distância

• Estudar onde e quando quiser



Vantagens do e-learning

Estudar **quando e onde o formando quiser**, basta ter um computador com acesso à internet;
Estudo acessível **24 horas por dia, 7 dias por semana**;

Vantagens para o formando

Subida dos índices de **produtividade**;
Aumento das **competências**;
Obtenção de certificado;
Cursos construídos pelas regras da excelência, com elevados índices de **aprovação/certificação**;

Formação de Qualificação

Comportamental

Formação Inicial de Formadores (Obtenção do CAP)

103 h.

Técnicas de Avaliação (Renovação do CAP)

60 h.

Seguros

Mediação de Seguros (Vida e Não Vida)

entre 25 e 140 h.

Formação Inicial e de Actualização

Comportamental

Atendimento

30 h.

Call Center

20 h.

Vendas

20 h.

Negociação

20 h.

Seguros

Seguros de Saúde

50 h.

O Contrato de Seguro

10 h.

Seguro Automóvel

20 h.

Seguro de Incêndio e Elementos da Natureza

5 h.

Seguro de Multiriscos e Seguros de Responsabilidade

5 h.

Acidentes Pessoais

5 h.

Introdução aos Seguros de Saúde

5 h.

Acidentes de Trabalho

5 h.

Aspectos Gerais de Seguros de Vida

15 h.

Seguros de Vida Clássicos

10 h.

Produtos Financeiros

10 h.

Desconto para sócios dos Sindicatos pertencentes à **FEBASE** e inscrições colectivas

www.inetese.pt

formacao@inetese.pt

800 200 808 (linha gratuita)

